

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



MATHEUS CUBEL QUEIROZ GONÇALVES

Análise do Brasil Profissionalizado: O repasse de recursos para o aumento de vagas na educação profissional e tecnológica.

BRASÍLIA – DF

2014

MATHEUS CUBEL QUEIROZ GONÇALVES

Análise do Brasil Profissionalizado: O repasse de recursos para o aumento de vagas na educação profissional e tecnológica.

Relatório de pesquisa a ser apresentado como trabalho de conclusão da disciplina de “Residência em Políticas Públicas”.

Professora Orientadora:
Dr^a. Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo

BRASÍLIA – DF

JULHO/2014

RESUMO

Entre as razões do Brasil Profissionalizado (Brasil-Pro), a opção pelo apoio à oferta de educação profissional técnica integrada ao ensino médio surge, principalmente, pela falta de profissionais com qualificação técnica em diversas áreas no contexto socioeconômico brasileiro. O programa atende ao planejamento governamental proposto pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), bem como possui consolidação jurídica em seu decreto normativo e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com ressalva a uma seção especificamente dedicada à articulação entre a educação profissional e o ensino médio, denominada “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”. Também possui orçamento direcionado para a melhoria da qualidade do ensino médio integrado e ampliação de sua oferta nos sistemas de ensino estaduais por meio de repasses da União às Unidades Federativas. Assim, o Brasil-Pro visa estimular o ensino médio integrado à educação profissional, considerando a realidade dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais, por meio da prestação de assistência financeira e técnica para construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico; estruturação de laboratórios de física, química, biologia, matemática, informática e os recomendados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos; aquisição de acervo bibliográfico; material de consumo e formação de docentes, gestores e pessoal técnico-administrativo. No entanto, é necessária uma ação política concreta de explicitação das diretrizes expostas no texto normativo, bem como de renovação na forma de mensuração destas, para aperfeiçoar as organizações e sistemas de gestão que operam no planejamento tático do programa. Um dos motivos para a realização desta pesquisa foi a atenção política dada ao assunto nos anos recentes, desde os ideais de Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, e outros amantes da educação integrada, executável e acessível, pela percepção das raízes dos problemas sociais brasileiros advêm da aplicação de uma má educação, com princípios segregativos e função alienante. O objetivo geral da pesquisa foi analisar os recursos financeiros consignados ao programa Brasil-Pro utilizados de forma a garantir a ampliação do quantitativo de vagas ofertado para os cursos técnicos profissionalizantes integrados à rede de ensino médio pública do país.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	COMENTÁRIOS INICIAIS	5
1.2	O LOCAL DE PESQUISA	7
1.3	A UNIDADE DE ANÁLISE E A PERGUNTA NORTEADORA.....	9
1.4	OS OBJETIVOS	10
1.5	JUSTIFICATIVA.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS E O QUE SE ESPERA DE SUA AVALIAÇÃO?.....	14
2.2	OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE	17
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
4	DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA PÚBLICA	23
4.1	COMENTÁRIOS INICIAIS	23
4.2	ENTENDENDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	24
4.3	O OPERACIONAL NA PRÁTICA: OS ACHADOS DA PESQUISA EMPÍRICA	25
4.3.1	A GESTÃO DO PROGRAMA E SEUS PROBLEMAS	25
4.3.2	AS CHAMADAS DO PROGRAMA E SEUS RESULTADOS	31
4.4	A NOVA GESTÃO	39
4.5	O RESULTADO.....	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	58
	ANEXOS.....	60

1 INTRODUÇÃO

1.1 COMENTÁRIOS INICIAIS

Este relatório expõe os resultados de pesquisa sobre o programa Brasil Profissionalizado (Brasil-Pro), que surgiu em 2007, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), como continuidade do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que buscava a formação profissional subsequente, ou seja, após concluir o ensino médio. Com isso, tornou-se mais comum na educação técnica brasileira a formação subsequente e concomitante. Segundo Holanda (2014), a consultora de convênios do programa, o Brasil-Pro passou a priorizar a formação técnica integrada ao ensino médio, sendo que:

A diferença entre a concomitante e a integrada é que a primeira ocorre com uma grade de curso separada da grade do ensino médio e em outra organização de ensino, já a segunda, como sugere o nome, ocorre ao mesmo tempo e na mesma organização educacional, a grade do ensino médio é integrada à do curso técnico de preferência do aluno.

No início do mandato do governo Lula a educação profissional permanecia descolada do ensino médio, bem como não havia muito investimento na esfera estadual para esta área. Esta situação até 2004 era consequência, em parte, da vigência do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que determinou em seu art. 5º que a formação técnica fosse realizada separadamente da formação geral dos estudantes, isto é, de forma concomitante e subsequente. Este decreto foi revogado em 2004, e substituído pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 (Anexo 1), que prevê a possibilidade da vinculação entre educação básica e educação profissional, o ensino médio integrado ao técnico, bem como a educação de jovens e adultos integrada à qualificação profissional.

Assim, para reforçar a intenção política no fortalecimento do ensino profissional e o aumento de investimento na esfera estadual, criou-se o Brasil-Pro em 2007, programa que está em implementação até hoje, gerido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC). Esse programa, segundo a apresentação no portal

do MEC, até 2014, conveniará recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhões às Unidades Federativas (UF) que ofertam educação profissional no país (BRASIL, 2013a).

O Brasil-Pro, instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007 (Anexo 2), possibilita a modernização e a expansão das redes públicas estaduais de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que é um conjunto de programas que visam melhorar a educação no Brasil, em todos os seus níveis, no prazo de quinze anos a contar de seu lançamento, em 2007 (BRASIL, 2013b).

O programa tem como principal objetivo a integração do conhecimento do ensino médio à prática, e para isso, envolve, sobretudo, o repasse de recursos do governo federal para estimular a implementação de ensino médio integrado à educação profissional nos estados, que por sua vez podem incentivar os municípios no auxílio de manutenção destes investimentos. O foco está na estruturação das escolas técnicas estaduais e na capacitação de professores, fortalecendo as redes de educação profissional e tecnológica. O dinheiro é potencialmente empregado em obras de infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas ou formação de professores.

O Decreto nº 6.302/2007 determina que o Brasil-Pro preste assistência físico-financeira às ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio integrado à educação profissional e técnica, mediante apresentação de proposta de execução e aplicação de recursos. A União, representada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), mediante seleção e aprovação das propostas enviadas pelas secretarias de educação ou afins do ente estadual, financia por disposição orçamentária própria, consignada ao MEC pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os projetos arquitetônicos disponibilizados com modelos e orientações, se necessário, de especialistas para auxiliar na operacionalização dos objetivos almejados no decreto e dos descritos em cada proposta conveniada.

Os objetivos do programa Brasil-Pro, segundo o art. 1º, parágrafo único, incisos I a VIII, do referido decreto, são (grifou-se):

- expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;
- desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;

- *fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive na modalidade a distância;*
- contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;
- incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos;
- fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e
- fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio.

Desses objetivos, esta pesquisa demonstra no Capítulo 4, referente ao diagnóstico, a análise do quarto tópico descrito e destacado acima, a expansão da oferta de matrículas, conseqüentemente de vagas, no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública. A opção por esse tópico foi feita por sua maior objetividade em relação aos outros demais transcritos, que possuem caráter mais qualitativo.

1.2 O LOCAL DE PESQUISA

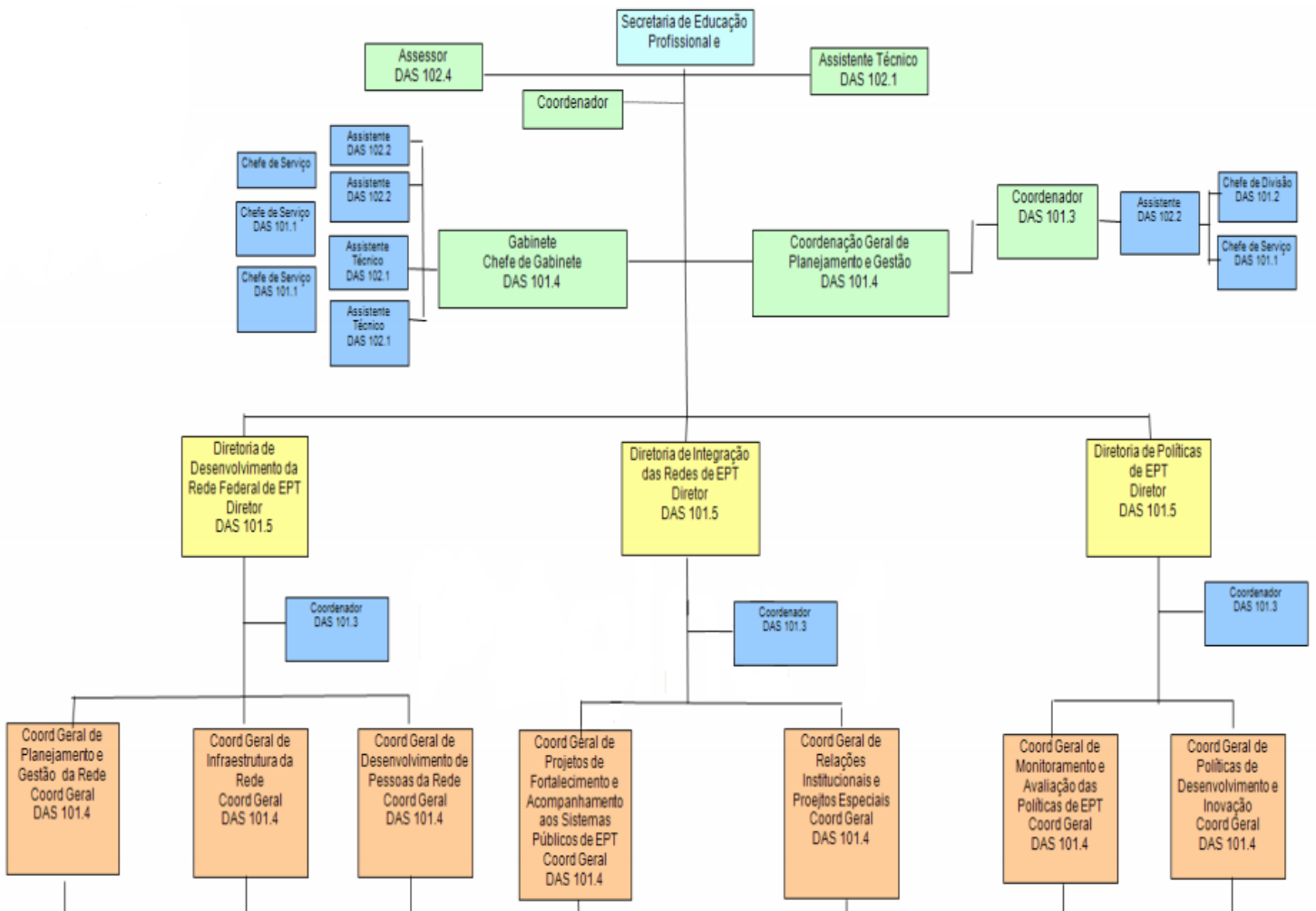
O papel da Setec na política pública estudada é muito relevante, porque cabe a ela a gestão do Brasil-Pro, incluindo o repasse de recursos financeiros e o acompanhamento na execução da proposta de ação. O FNDE faz a análise da viabilidade físico-financeira para celebrar o convênio entre o MEC e a secretaria de educação da Unidade Federativa (UF) interessada.

O repasse dos recursos financeiros da União com a finalidade de impulsionar uma política pública das UF é a principal inspiração para a avaliação da gestão, por isso o estudo aqui relatado centrou-se na atuação da Coordenação da Setec que trata do programa, para entender a ação da União ao incentivar a implantação de uma política estadual que será mantida, posteriormente, pelo próprio estado ou talvez, junto com o município contemplado. O estudo pretendido neste relatório concentrou-se apenas no repasse dos recursos para os estados, sem analisar a participação na manutenção destes pelos estados ou municípios.

A pesquisa de campo deste estudo teve como local a Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica da Setec, que possui a Coordenação-Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica (CGFS), a qual constituiu a organização foco para a realização da pesquisa, pois essa coordenação possui recursos documentais e humanos fundamentais como fonte de informações para a análise do programa governamental em tela.

Na Figura 1, é colocado o organograma da Setec com a especificação dos cargos de Direção e Assessoramento (DAS), retirado do Relatório de Gestão da Setec (2012):

Figura 1 – Organograma da Setec com especificações de DAS.



Fonte e elaboração: Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2011. Janeiro de 2012.

1.3 A UNIDADE DE ANÁLISE E A PERGUNTA NORTEADORA

O Brasil-Pro tem como foco principal a transferência de recursos aos estados e Distrito Federal, incluindo recursos financeiros e apoio técnico para a estruturação e o aumento de vagas da educação profissional e tecnológica. É muito importante avaliar a eficácia dessa transferência, por se tratar de uma ação que tem impacto potencial relevante na estrutura socioeconômica do país.

O estudo contempla o repasse de recursos financeiros para o aumento da oferta de vagas na educação profissional e tecnológica, um dos objetivos do Brasil-Pro. Sendo assim, a unidade de análise da pesquisa é **o sistema de repasse de recursos financeiros** nesse programa.

A inclusão de outros entes federativos nessa política da União, permitindo-lhes a participação na elaboração de uma proposta junto ao Executivo federal, e ainda responsabilizando o proponente pela operacionalização da mesma, faz parte do dimensionamento desta análise sobre a gestão do repasse e sua aplicação na conquista dos objetivos do programa. Além disso, a análise dos critérios para que os entes federativos participem ou não desse programa, cuja operacionalização necessita ser controlada de forma sistemática.

A questão colocada para pesquisa foi a seguinte: **o repasse dos recursos financeiros pelo programa Brasil Profissionalizado tem sido realizado de forma eficaz para o aumento da oferta de vagas na educação profissional e tecnológica?**

Considerou-se que seria importante a contribuição acadêmica por meio da análise da eficácia dessa gestão, no que se refere ao repasse de recursos e à escolha, segundo os critérios de participação dessa política pública, dos beneficiários, mediante o entendimento dos processos de aprovação das propostas das UF, da aplicação dos recursos financeiros e do acompanhamento especializado. O estudo dos processos de repasse de recursos à esfera estadual na prática norteou a análise pelos objetivos e metas da política pública.

Cabe destacar que o repasse de recursos tem aplicação que vai além do aspecto monetário, abrangendo também a formação humana, no que se refere à especialização dos profissionais em educação, ao acompanhamento realizado por especialista da Setec e à

disponibilidade de modelos padronizados para a elaboração dos planos de participação no programa. Por conta da limitação do tempo da Residência em Políticas Públicas, não seria possível analisar o impacto dos critérios de caráter mais qualitativo na evolução de matrículas no ensino técnico profissional. Assim, a pesquisa propôs-se a analisar principalmente a eficácia do repasse financeiro e sua gestão no objetivo do programa de aumentar a oferta de vagas na educação profissional tecnológica (EPT) integrada ao ensino médio, por ser uma variável mais objetiva.

A perspectiva da questão de pesquisa acima colocada ilumina, entre outros pontos possíveis de análise, a verificação da existência de aspectos problemáticos à execução da política pública, de forma a exigir critérios de controle que limitem as dificuldades que possam surgir quando se fala da União repassando recursos financeiros às UF, bem como da eficaz mensuração do cumprimento dos objetivos definidos. Dessa forma, foi feito o exame das dificuldades e possíveis soluções para os problemas de mensuração dos resultados, relacionando com os critérios de participação do Brasil-Pro utilizados no período de 2008 a 2012.

Pode-se, assim, concretizar a análise de eficácia, no sentido de Costa e Castanhar (2003), como “medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas”, tendo como variáveis os critérios de participação e a gestão do repasse de recursos financeiros para os entes que tiveram seu plano aprovado.

Foi considerada, para os fins da análise, a quantidade de convênios firmados, com cada Região, como demonstrativo da demanda por essa política pública, e a necessidade de ser atendida baseada nos índices socioeconômicos e educacionais, obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), bem como nas pesquisas e relatórios produzidos pelo MEC.

1.4 OS OBJETIVOS

Em face do exposto, o objetivo geral da pesquisa foi analisar os recursos financeiros consignados ao programa Brasil-Pro de forma a garantir a ampliação do quantitativo de vagas ofertado para os cursos técnicos profissionalizantes integrados à rede de ensino médio pública do país. Para tanto, procurou-se identificar e analisar o modelo de gestão aplicado nesta

política pública sobre o aspecto de aplicação dos recursos para o aumento da oferta de vagas, enquadrando as ações e decisões tomadas pelos gestores, bem como avaliando os efeitos dessa gestão sobre os resultados do programa.

Como objetivos específicos, foram explicitados:

- Analisar os procedimentos no âmbito da Setec para a transferência de recursos no programa, incluindo a seleção dos beneficiários;
- Identificar os procedimentos para a operacionalização dos recursos financeiros no programa, ao se definir como serão divididos e aplicados nas obras de infraestrutura, no desenvolvimento de gestão, nas práticas pedagógicas e na formação de professores; e
- Analisar as possíveis alterações, em nível estadual, dos índices educacionais e de oferta de vagas para a educação profissional e tecnológica.

1.5 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa foi motivada pela percepção da falta de mão de obra qualificada no país, em áreas importantes do ensino técnico, como informática, física, biologia e química, relacionada com a utilização em campos profissionais, como os de construção civil, fármacos e computação, entre outros que poderiam ser citados. A atenção política dada a esse assunto nos anos recentes também é um motivador, desde os ideais de Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, e outros amantes da educação integrada, executável e acessível, passando pela percepção das raízes dos problemas sociais brasileiros que advêm da aplicação de uma má educação, com princípios segregativos e função alienante.

Ao propor uma prática de sala de aula que pudesse desenvolver a criticidade dos alunos, em seu livro *A Pedagogia do Oprimido* (1987), Freire condenava o ensino oferecido pela ampla maioria das escolas, qualificado por ele como educação “bancária”. Nela, segundo Freire, o professor age como quem deposita conhecimento num aluno apenas receptivo, dócil, que deve se enquadrar no padrão. Em outras palavras, o saber é visto como um produto fechado de oferta limitada. Trata-se, para Freire, de uma escola alienante, mas não menos ideologizada do que a proposta por ele para despertar a consciência. "Sua tônica fundamentalmente reside em matar nos educandos a curiosidade, o espírito investigador, a criatividade", escreveu o educador. Ele dizia que, enquanto a escola conservadora procura

acomodar os alunos ao mundo existente, a educação que defendia tinha a intenção de inquietá-los.

A preocupação no estudo de uma política pública de repasse financeiro para o desenvolvimento de organizações de ensino médio integrada à educação profissional busca entender o nível de importância dada pelo Estado a um setor da sociedade que em muitos casos é o seu reflexo. A educação, quanto mais especializada e praticada, mais diversifica os possíveis caminhos de um cidadão e, não garante, mas direciona o seu comportamento a um caminho aceitável.

No Capítulo 2 é demonstrado o referencial teórico que auxiliará na compreensão do resultado obtido e o significado deste para a gestão de políticas públicas. Desenvolvido em volta da questão do repasse financeiro em relação ao aumento da oferta de vagas, na fase de implementação da política pública, no tema educação profissional tecnológica (EPT) integrada ao ensino médio e na gestão do repasse dos recursos financeiros.

O Capítulo 3 abarca o procedimento metodológico utilizado para descrever como a análise da política pública foi realizada. A partir deste, foi possível atingir o objetivo da análise. Neste capítulo, foi descrito todos os procedimentos utilizados para se realizar a observação participante, a pesquisa documental, as entrevistas e outros de caráter qualitativos, quantitativos ou mistos.

Em fim, no Capítulo 4, o diagnóstico da política pública descreve o que se conseguiu inferir, para a resposta da pergunta norteadora, de dados e declarações obtidos no local de pesquisa, bem como das informações adquiridas fora deste, por haver certa escassez documental e pessoal da organização responsável pela política pública.

Atualmente, o Brasil-Pro repassa recursos para a esfera estadual e esta se responsabiliza em aplicar tais recursos nos municípios como um projeto estadual. O governo federal é configura, na teoria e na prática, um parceiro nos projetos. A fiscalização dos recursos e a apuração de denúncias formais feitas ao MEC sobre o programa é feita pela CGFS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A análise pode ser classificada segundo o agente que a realiza, a natureza dela, o momento em que se passa e pelo enfoque da pergunta, conforme Cohen e Franco (2004, p. 9).

A análise exposta neste relatório, pelo conceito dos autores, pode ser classificada da seguinte forma:

Quanto ao agente:

- Externo – realizada por pessoa de fora da organização responsável pelo programa. Entre as vantagens desta análise podem ser citadas a isenção e objetividade do analisador, que não está diretamente implicado com o processo. Por outro lado, o acesso aos dados necessários torna-se mais difícil e os que vão ter seu trabalho analisado podem se colocar em posição defensiva, fornecendo informações parciais e minimizando o efeito de melhoria dos programas.

Quanto à natureza:

- Formativa – está relacionada à formação do programa. Adotada durante a implementação, é direcionada para a análise e produção de informação sobre as etapas de implementação. Gera informações para os que estão diretamente envolvidos com o programa, com o objetivo de fornecer elementos para a realização de correções de procedimentos para melhorar o programa.

Quanto ao momento:

- *Ex-post* – realizada durante a execução do programa ou ao seu final, quando as decisões são baseadas nos resultados alcançados. Neste tipo de análise julga-se, quando um programa está em execução, se ele deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento e, se a resposta for positiva, se deve manter a formulação original ou sofrer modificações. Quando o programa já foi concluído, julga-se a pertinência do uso futuro da experiência, ou seja, se o mesmo tipo de programa deve ser implementado novamente ou não. A avaliação *ex-post* é a mais desenvolvida metodologicamente e a que tem tido maior aplicação.

Quanto ao enfoque:

- Processual – realizada durante a implementação do programa, diz respeito à dimensão de gestão. É uma análise periódica que procura detectar as

dificuldades que ocorreram durante o processo para efetuar correções ou adequações. Serve de suporte para melhorar a eficiência operativa.

2.1 O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS E O QUE SE ESPERA DE SUA AVALIAÇÃO?

As políticas públicas, entre outras definições, podem ser compreendidas como “programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados” (BUCCI, 2006). Dessa forma, as políticas públicas em execução são, na perspectiva da sociedade, a resposta dos representantes eleitos às necessidades mais recorrentes do país, principalmente às que têm maior prioridade para entrar na agenda governamental.

Pode ser dito que as políticas públicas traduzem, em grande medida, a maneira como os mandatários interpretam as demandas sociais e procuram resolver deficiências estruturais da realidade socioeconômica.

Antes de entrar na discussão específica sobre a atividade de avaliação, cabe um breve resumo sobre como as políticas públicas, entendidas como ações governamentais, estão contempladas no ordenamento jurídico. Nos termos do art. 174 da Constituição Federal, o Estado (Poder Público) deve atuar como agente normativo e regulador da economia, além de prestar serviços públicos (art. 175), possuindo a função de elaborar planos, que são determinantes para o setor público e indicativos para o setor privado.

O programa Brasil-Pro, portanto, pelo menos em sua concepção essencial, exprime os aspectos constitucionais e a função alocativa do governo, no que diz respeito ao público e privado, pois compreende certas necessidades educacionais e culturais do ser humano e as necessidades do mercado de trabalho por qualificação. A função alocativa do governo, segundo Giambiagi e Além (2011, p. 12), está na aplicação de recursos financeiros em bens públicos, pois estes não podem ser fornecidos de forma compatível com as necessidades da sociedade através do sistema de mercado. Por existirem alguns tipos de bens que transitam entre público e privado, como a educação, apesar de possível a sua oferta pelo setor privado, “o fato de gerarem altos benefícios sociais e externalidades positivas justifica a produção total ou parcial dos bens meritório pelo setor público” (GIAMBIAGI; ALÉM, 2011).

Dessa forma, com o aumento da oferta de cursos técnicos profissionalizantes, o programa desenvolve um mercado de trabalho de nível mais especializado e abre uma oportunidade de aprimoramento educacional e cultural para os cidadãos (BRASIL, 2007). Podemos perceber que o programa tem a finalidade de sanar uma *falha de mercado*, segundo a teoria tradicional do bem-estar social, caracterizada como *falha dos mercados incompletos*, diz-se que “um mercado é incompleto quando um bem/serviço não é ofertado, ainda que o seu custo de produção esteja abaixo do preço que os potenciais consumidores estariam dispostos a pagar” (GIAMBIAGI; ALÉM, 2011). A escassez na oferta de matrículas na educação profissional técnica brasileira, evidencia, segundo Costa e Castanhar (2003), o primeiro passo para o desenho de um programa público, o propósito.

Para se desenvolver uma política pública existem diversos estágios, como apresentado no artigo de Saraiva e Ferrarezi (2006). Para eles a academia considera normalmente três etapas em matéria de política pública: formulação, implementação e avaliação. No entanto, os autores descrevem que, para a percepção mais detalhada do processo da política pública, as etapas são desagregadas em sete momentos:

- O primeiro momento é o da **agenda** ou da inclusão de um determinado pleito ou necessidade social na agenda governamental, na lista de prioridades, do poder público e da sociedade civil;
- O segundo momento é a **elaboração** que consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades;
- A **formulação**, que inclui a seleção e especificação da alternativa considerada conveniente, seguida de uma declaração que explicita a decisão adotada definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro. Neste momento prevalecem os critérios próprios da atividade do político: consideração dos tempos eleitorais, compromissos com a base eleitoral específica, com princípios programáticos ou partidários;
- A **implementação** que está constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para a posta em prática da política pública, da elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la. Nesta etapa é também

necessário recrutar e treinar o pessoal que terá a seu cargo a execução, a coordenação, o seguimento e a avaliação da política;

- A **execução** que é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É a posta em prática efetiva, a realização da política. É o momento decisivo da política, que dá sentido às etapas anteriores e posteriores. Esta etapa inclui o estudo dos obstáculos que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados, especialmente, a análise da burocracia.
- O **acompanhamento** que é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos.
- A **avaliação** que consiste na mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas.

Ao avaliar uma política pública, deve-se ter em mente que é uma atividade multidisciplinar com variados objetos e finalidades. Avaliar significa determinar a valia de algo, atribuir um valor (FERREIRA, 1999) e outras línguas, incluindo o espanhol e o inglês, coincidem na associação de avaliação como atribuição de valor (MOKATE, 2002; GARCIA, 2001).

Ala-Harja e Helgason (2000) advertem que não existe consenso quanto ao que seja avaliação de políticas públicas, pois o conceito admite múltiplas definições, algumas delas contraditórias. Esse fato explica-se justamente porque a área de políticas públicas é perpassada por uma variedade de disciplinas, organizações e executores, abrangendo diversas questões, necessidades e pessoas. Por isso, abordagens multidimensionais costumam ser necessárias quando se avaliam programas em determinadas áreas, como educação, saúde e segurança, pois frequentemente o resultado final alcançado vai além dos indicadores quantitativos traduzidos por um conjunto de dados numéricos (RICHARDSON, 2011).

Ala-Harja e Helgason (2000) definem avaliação em termos simples, afirmando que “o termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos”. Combinando contribuições de diversos autores, Garcia (2001, p. 59) define avaliação:

Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar

a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos.

2.2 OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Como sintetizam Costa e Castanhar (2003, p. 973), a avaliação de políticas públicas pode ser realizada a partir dos critérios descritos a seguir:

- eficiência: significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;
- eficácia: medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;
- impacto (ou efetividade): indica se o programa tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;
- sustentabilidade: mensura a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa, após o seu término;
- análise custo-efetividade: é feita comparação de formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda os objetivos com o menor custo;
- satisfação do beneficiário: avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa; e
- equidade: procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário.

Na pesquisa a ser desenvolvida sobre o Brasil-Pro, intenta-se verificar a eficácia na gestão. Assim, a finalidade da avaliação que aqui se trata é analisar os aspectos processuais de gestão do programa, podendo significar seu sucesso ou fracasso, no contexto em que foi executado. Na pesquisa aqui apresentada, o principal aspecto a ser avaliado é da gestão do repasse financeiro aos participantes da política pública, as unidades federadas.

A eficácia na implementação do programa qualifica-se como “a capacidade de ‘fazer as coisas certas’ ou de conseguir resultados. Isto inclui a escolha dos objetivos mais adequados e os melhores meios de alcançá-los. Isto é, administradores eficazes selecionam as coisas ‘certas’ para fazer e os métodos ‘certos’ para alcançá-las” (MEGGINSON *et al.* 1998,

p. 12). Ou seja, ao ser eficaz, o gestor está aplicando os recursos que dispõe de forma a alcançar os resultados objetivados.

Para a avaliação da política pública a ser realizada, será organizada um método lógico envolvendo a gestão do programa Brasil-Pro. A ordenação desse método é uma proposta para organizar as ações de gestão referentes ao repasse dos recursos financeiros do programa de forma articulada ao produto esperado, especificamente o que diz respeito ao aumento de vagas na educação profissional tecnológica (EPT) integrada ao ensino médio.

Considerado um instrumento para explicitar a teoria metodológica do projeto, a aplicação do método lógico resulta em um processo que facilita planejar e comunicar o que se pretende com a pesquisa e a sua validade (CASSIOLATO; GUERSI, 2010). Pode ser utilizado como um instrumento para se proceder à análise de programas, e assim será empregado nesta pesquisa, para apreciar a situação específica da implementação do Brasil-Pro.

O método lógico será desenvolvido a partir do que se espera na “teoria” da política pública em tela, na concepção ideal sobre o repasse de recursos financeiros, e como as informações foram adquiridas, e então comparar essa matriz de informações com o que tem ocorrido na prática, como se detalhará no capítulo dos procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como já explicado, esta pesquisa foi elaborada com o intuito de investigar a eficácia no repasse dos recursos financeiros pelo programa Brasil-Pro para aumentar a oferta de vagas na EPT integrada ao ensino médio, a partir da imersão na Setec/MEC, por um período de dois meses de pesquisa de campo.

A imersão foi caracterizada pela presença na organização para realizar observações sobre a dinâmica da organização, com olhar direcionado à unidade de análise da política pública estudada e guiada pela pergunta norteadora, além de auxiliar na pesquisa de material documental e entrevistas.

Os dados foram coletados por meio da pesquisa documental, das entrevistas realizadas e das declarações sobre a gestão do programa em foco.

Na pesquisa documental, “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, p. 56, 2006). Foi possível, também, realizar pesquisa documental de fontes secundárias, a exemplo de “relatórios de pesquisa baseado em trabalho de campo de auxiliares, estudo histórico que recorre aos documentos originais, pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento, pesquisa que usa a correspondência de outras pessoas” (idem).

As informações documentais sobre o programa pesquisado foram obtidas por meio de solicitações pessoais a consultores do programa e ao Coordenador-Geral da CGFS Carlos Arêas, e foi disponibilizado pela equipe do programa: formulários institucionais, relatórios, atas de reuniões, edital de contratação de consultores, o manual de preenchimento de situação escolar. Os documentos complementares foram obtidos em matérias jornalísticas, censos escolares, pesquisa na rede mundial de computadores e pesquisas realizadas sobre o tema.

As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas. Para entendê-las, percebe-se que as entrevistas estruturadas pressupõem perguntas previamente formuladas e objetivam obter dos entrevistados respostas aos pontos específicos. Nesse caso, o entrevistador não é livre para adaptar o roteiro de perguntas a determinada situação, sequer mudar a ordem dos tópicos ou acrescentar outras questões (MARCONI; LAKATOS, p. 44, 2006). As não-estruturadas, por sua vez, abordam livremente o tema proposto. “É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal” (idem). “Há formas, no entanto, que articulam essas duas

modalidades, caracterizando-se como entrevistas semi-estruturadas” (idem, p. 45). É uma modalidade diferente da conversa informal, no entanto mais interativa. Prescinde à elaboração de um roteiro pré-definido, permitindo que o entrevistado discorra abertamente sobre o tema, sem uma específica ordem para as perguntas e sem o impedimento de surgirem novas questões.

Na Coordenação-Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica (CGFS), as entrevistas semi-estruturadas buscavam basicamente três pontos:

- A operacionalização do programa: quantas pessoas trabalham no programa, as tipologias das funções e a execução representada pelo MEC;
- A participação no programa: o modelo de repasse, as especificações dos benefícios e os critérios; e
- O resultado do programa: o orçamento destinado, o montante efetivamente investido e a evolução da oferta de vagas na EPT estadual.

As entrevistas foram aplicadas sem uma estrutura formal, era adaptada a cada entrevistado, tendo como foco as informações que permitissem a explicação do três pontos mencionados. Os participantes das entrevistas foram:

- O Coordenador-Geral Carlos Arêas – responsável pela coordenação dos programas Brasil-Pro e E-Tec Brasil, porém se dedica mais ao primeiro, ficando o segundo sobre dedicação do Coordenador Cleanto Gonçalves.
- As consultoras Katienne Holanda e Alessandra Anjos – responsáveis pela avaliação da política pública, no que se refere aos critérios e aos impactos, bem como à prestação de contas pelos estados. Também tomam parte na assistência financeira.
- As servidoras Francismara Alves e Anielli Coletti – a primeira presta assessoramento à coordenação, tendo papel na organização administrativa do programa; e a segunda faz parte do corpo de assistência técnica responsável pelo repasse dos laboratórios.

Como a movimentação no setor, durante o período da imersão, estava dinâmica não foi possível estruturar as entrevistas de uma forma que parecessem menos como uma conversa informal, a disponibilidade de tempo dos entrevistados era limitada, por isso a opção de se delimitar apenas os pontos principais e se formatar uma entrevista semi-estruturada.

O diário de campo foi utilizado durante a imersão como instrumento para organizar e facilitar a posterior consulta dos dados e registros. Nele estão registradas, de forma

cronológica, as informações úteis à metodologia, extraídas de registros formais e até mesmo informais. Ou seja: “observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, organizações, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Falas, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e organizações que compõem o quadro das representações sociais” (MINAYO, 1993, p. 29).

O diário de campo possibilita a sistematização das observações e dos dados coletados e ajuda na construção do pensamento crítico durante a pesquisa (SOARES *et al*, 2011, p. 668). “O termo ‘diário’ não implica, necessariamente, a realização de registros diários, mas sugere e requer certa periodicidade” (idem).

Para a residência, foi previsto um modelo padronizado do diário de campo, baseado em Lima (2007), que abrange três dimensões – descritiva, analítico-reflexiva e registro parcial –, como se detalha a seguir:

- Descritiva – observar e considerar: cenário; processo de trabalho; divisão sociotécnica do trabalho; meio físico e social do local/região; visões de mundo que perpassam o contexto observado; organização das pessoas em função dos grupos de trabalhos/grupos políticos; organização dos documentos; e outros possíveis pontos.
- Analítico-reflexiva – questões que devem ser aprofundadas a partir de mais informações ou indagações, na busca de significados e explicações dos fenômenos apreendidos e para melhor responder à pergunta norteadora, aos objetivos e à unidade de análise. As questões surgem de situações de contato entre pesquisador, sujeitos de pesquisa e documentos.
- Registro parcial – explicações sobre o que foi observado à luz da pergunta norteadora, dos objetivos e da unidade de análise.

Foram sete encontros formalizados no diário de campo, realizados na CGFS, o conteúdo reproduz as declarações adquiridas sobre a forma de gestão do programa, as funções realizadas por cada entrevistado e as percepções sobre as informações compiladas. No diário, também, foram reproduzidos os dados adquiridos pelas informações documentais disponibilizadas e pesquisadas.

Para analisar o programa em foco nesta pesquisa, como anteriormente referido, foi ordenado um método lógico da estrutura do repasse de recursos no programa, a partir do objetivo geral e dos objetivos específicos fixados para a pesquisa. Compiladas por meio da imersão que seguiu como procedimento a observação participante, as informações inseridas na matriz de informações foram comparadas com as metas da política pública estipuladas na

sua concepção. O procedimento para desenvolver o método lógico do programa seguiu como base três etapas para a operacionalização da análise, como explicado na sequência:

Etapas 1 – Identificar o histórico de vagas ofertadas na EPT no âmbito nacional e o orçamento do Brasil-Pro (matriz de informações)

A identificação buscou utilizar censos educacionais como do Inep ou do IBGE, entre outros, a execução orçamentária disponibilizada pela CGFS, bem como documentos existentes sobre o programa, entre os quais poderiam ser disponibilizados pela equipe gerencial. Foram explicitadas algumas dificuldades na aquisição documental.

Etapas 2 – Identificar o que ocorre na prática para se alcançar e mensurar o objetivo do programa explicitado no decreto

Para se atingir o objetivo geral deste projeto, após identificados e organizados os elementos de pesquisa disponibilizados, e feita a análise das dificuldades encontradas, passa-se a comparar a realidade com a “teoria” da política pública expressa em seu decreto, analisou-se a eficácia do repasse de recursos financeiros para o aumento da oferta de vagas na educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio.

Etapas 3 – A análise do desenho da política pública

Uma vez de posse das informações levantadas nas etapas anteriores, foi possível ordenar os principais elementos para analisar o desenho da política pública pela disposição dessas informações e pelas declarações capitadas, em relação aos resultados e dificuldades encontrados. A base principal foi sobre como a transferência potencialmente funcionou em termos da oferta.

Após o cumprimento de todas essas etapas, foram examinado e descrito no capítulo seguinte, todos os achados realizados por meio desse procedimento metodológico. Desenvolvido em texto analítico-descritivo o diagnóstico apresenta uma visão clara e concisa da operacionalização deste método lógico, por meio de uma leitura ágil sobre os resultados e as dificuldades.

4 DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA PÚBLICA

4.1 COMENTÁRIOS INICIAIS

Esta pesquisa obteve dados sobre o valor total de recurso financeiro colocado à disposição do programa Brasil Profissionalizado (Brasil-Pro) entre 2008 e 2014, e conveniados com os entes federados. Estes recursos chegam à ordem de R\$ 2.028.906.172,56, além dos dados que podem não ter sido disponibilizados potencialmente elevariam este valor ou se manteria da mesma forma, os motivos para isso foram elucidados na análise.

As propostas para se participar do Brasil-Pro, apresentadas à União, de acordo com o art. 3º do Decreto nº 6.302/2007, poderão ser enviadas pelos estados, Distrito Federal e municípios que tenham aderido formalmente ao plano de metas Compromisso Todos pela Educação, de que trata o Decreto nº 6.094/2007.

Pelo art. 3º, § 1º, do Decreto nº 6.302/2007, as propostas deverão ser acompanhadas de diagnóstico do ensino médio e conter:

- descrição detalhada dos projetos pedagógicos;
- orçamento detalhado por item de dispêndio; e
- cronograma de atividades.

Ainda no mesmo artigo do referido decreto, no § 2º, fica disposto que o FNDE disciplinará os procedimentos para apresentação de propostas, inclusive no que diz respeito aos itens passíveis de apoio financeiro. E o art. 4º dispõe que a seleção das propostas a serem contempladas será realizada por comitê técnico, a ser criado especificamente para os fins do programa Brasil-Pro, e basear-se-á em metas, critérios de priorização e pré-requisitos fixados pelo FNDE.

Pelo art. 5º do Decreto nº 6.302/2007, as despesas do Brasil-Pro correrão à conta de dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC e ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a assistência financeira concedida com as dotações orçamentárias existentes.

De toda forma, no portal do MEC, o sítio da apresentação do Brasil-Pro descreve o que deve ser feito para fazer parte dessa política pública¹. Após assinar o Compromisso Todos pela Educação, o representante da secretaria estadual de educação ou da secretaria afim deve formalizar à Setec sua intenção de participar do programa. No mesmo documento, devem constar o nome e o CPF dos responsáveis pela execução do Brasil-Pro no estado. Os dados serão cadastrados no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec), que é um portal operacional e de gestão, que trata do orçamento e monitoramento das propostas *online* na área da educação. É nessa plataforma onde serão inseridos o diagnóstico e a elaboração do plano de expansão e melhoria da educação para fins de participação no programa em foco profissional (BRASIL, 2013a).

Posteriormente, a secretaria de educação estadual poderá solicitar ao MEC a presença de um técnico para orientar na realização do diagnóstico e elaboração do plano. Finalizados esses procedimentos, a proposta será enviada para a análise da Setec e, se aprovada, será encaminhada para celebração de convênio junto ao FNDE (BRASIL, 2013a).

Tendo em mente essas regras para se participar do programa e o orçamento consignado a ele, as propostas padronizadas e meios informatizados de contrapartida do ente estadual ao federal, a existência de outros órgãos de execução junto ao MEC, o FNDE avaliando os valores repassados, a possibilidade de visitas por técnicos e consultores para desenvolver ou apreciar as propostas, demonstra como o Brasil-Pro foi teorizado pelos que elaboram o planejamento estratégico de governo para a educação profissional. Há um enquadramento de como o programa deve funcionar, sua “teoria”.

Com isso, nos tópicos que se seguem, foi possível comparar a “teoria” com a prática que envolveu o processo de gestão do programa durante o período de 2008 a 2012.

4.2 ENTENDENDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação profissional está dividida em três níveis: básico, técnico e tecnológico. Os cursos básicos são abertos a qualquer pessoa interessada, independentemente da escolaridade prévia; os cursos técnicos são oferecidos simultaneamente ao Ensino Médio ou após a sua

¹ Ver: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=663&id=12325&option=com_content&view=article. Acesso em: 20 nov. 2013.

conclusão, e têm organização curricular própria; e os tecnológicos são cursos de nível superior.

A legislação em vigor no Brasil, Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), explica os três níveis da educação profissional da seguinte forma:

- **Nível básico:** Voltado para estudantes e pessoas de qualquer nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer organização de ensino. Modalidade de educação informal e de duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador, independentemente da escolaridade prévia, conhecimentos que lhe permitam a qualificação, requalificação e atualização para o exercício de funções demandadas pelo mercado, compatíveis com a complexidade do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno.
- **Nível técnico:** destinado a jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, mas cuja titulação pressupõe a conclusão da educação básica de onze anos. Pode ser realizado por qualquer organização de ensino, com autorização prévia das secretarias estaduais de educação ou secretarias estaduais de ciência e tecnologia, dependendo do estado.
- **Nível tecnológico:** Voltado para jovens e adultos que queiram formação em nível superior tecnológico, tanto de graduação como de pós-graduação. Pode ser realizado por qualquer organização de ensino, com autorização prévia do Ministério da Educação.

O Brasil-Pro baseia seus objetivos apenas na educação profissional de nível médio, incentivando os governos dos estados a participarem do programa para que, após dado o “empurrão” inicial com o orçamento federal, invistam na manutenção das escolas estaduais desse nível de educação, podendo repartir esta responsabilidade com os municípios.

4.3 O OPERACIONAL NA PRÁTICA: OS ACHADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

4.3.1 A GESTÃO DO PROGRAMA E SEUS PROBLEMAS

Como mencionado nos procedimentos metodológicos, na Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica (CGFS), a reunião com o Coordenador-Geral, Sr. Carlos Arêas, teve o intuito de explicar como seriam realizadas a residência e a coleta de dados.

Nesse encontro, o Coordenador-Geral levantou a **primeira problemática** sobre a gestão do programa, explicitou que o número de profissionais que tratam do programa Brasil-Pro é reduzido, insuficiente por se tratar de um programa nacional que abrange todos os 26 estados e Distrito Federal, faltando pessoal para fazer ações de monitoramento como diagnóstico, avaliação e controle do programa.

Como mostrado na Figura 1, na introdução deste relatório, a Setec é composta por três diretorias e suas coordenações, que cuidam do tema da educação profissional e tecnológica. A CGFS trata dos programas E-Tec Brasil e Brasil-Pro. Pelo que foi relatado e observado, são doze profissionais que tratam apenas do programa em análise, sendo três servidores públicos, cinco consultores de convênio e quatro consultores pedagógicos. O total de pessoas que atuam na CGFS chega a um número próximo de vinte, sem considerar os consultores pedagógicos dos dois programas que esporadicamente comparecem ao setor, por possuírem o trabalho de avaliação em campo.

Os servidores e consultores de convênio são divididos em assistência técnica e financeira, e viajam esporadicamente para fazer a avaliação *in loco*. Já os consultores pedagógicos não ficam no setor, esses viajam com maior frequência, pois a avaliação deles é sobre a especialização dos professores e gestores educacionais, bem como a orientação dos projetos político pedagógicos. Nota-se que a gestão do programa vai até a ponta para fazer o diagnóstico sobre como o programa está sendo executado, o que reforça a constatação de que a equipe é demasiadamente reduzida.

A **segunda problemática**, também exposta pelo Coordenador-Geral, foi a necessidade de um rearranjo dos consultores em 2013, na troca de gestão da CGFS. Alguns saíram e outros foram realocados em novos estados que não o de origem, pois, segundo relato do Sr. Carlos Arêas, havia a tendência de, se o consultor tivesse o estado de naturalidade entre aqueles sob sua responsabilidade, favorecer de forma enviesada o seu estado. Houve ocorrências em que os consultores demonstravam que o quadro em sua região era promissor e por isso se repassava mais dinheiro àquela unidade federada, e isso nem sempre seria a opção correta. Como os critérios para se definirem os repasses não eram claros, segundo o Sr. Carlos Arêas, o que se analisava era a situação socioeconômica por meio de indicadores como Ideb e IDH, assim como a situação econômica da localidade para determinados laboratórios, a demanda e a efetividade do curso para o local. Esta análise era feita apenas pelos consultores, e demonstrada em seus relatórios.

Para se ter ideia do papel dos consultores no programa, técnicos contratados fora do quadro de servidores públicos do MEC, e as exigências podem ser vistas na última chamada

para contratação de consultores promovida pelo representante brasileiro da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco), conforme o edital do MEC de contratação de consultor na modalidade produto, Projeto 914 BRZ 1137.8 (Anexo 3), disponível em MEC/Setec/Editais². As atividades realizadas pelos consultores são, em suma: definir procedimentos e metodologia de avaliação da execução dos convênios, elaborar diagnóstico da execução, analisar as fragilidades e peculiaridades de cada UF, entre outras discriminadas no texto do edital.

Cada consultor fica responsável por, em média, cinco estados. Divididos regionalmente, trabalham com diagnóstico e avaliação dos convênios *in loco*, vão diretamente às escolas potencialmente e efetivamente beneficiadas.

Sobre a relevância do programa, existe, dentro da CGFS, a percepção de que é essencial e necessário para o país. Segundo o Sr. Carlos Arêas, há no Brasil uma relação de cinco para um quando se comparam os formados em curso superior com os formados em curso técnico. Com isso, exemplifica ele, “um engenheiro civil não encontra mão de obra qualificada, tendo que lidar com pessoas que ainda necessitam de preparo técnico” (ARÊAS, 2014).

Atualmente, o Brasil-Pro repassa recursos para a esfera estadual e esta se responsabiliza em aplicar tais recursos nos municípios como um projeto estadual. O governo federal é configura, na teoria e na prática, um parceiro nos projetos. A fiscalização dos recursos e a apuração de denúncias formais feitas ao MEC sobre o programa é feita pela CGFS.

Uma das denúncias recebidas e apuradas pela servidora Sra. Anielle Coletti e pela consultora Sra. Alessandra Anjos foi a não utilização dos laboratórios por uma das organizações de ensino beneficiadas. O motivo declarado, segundo o depoimento, foi de que o estado nem o município ainda não haviam conseguido licitar a obra de ampliação da estrutura que acolheria o laboratório, deixando o material estocado nas dependências da organização.

Essas denúncias geralmente são feitas por professores, pais ou alunos, por meio de identificação à Setec. Isso demonstra a capacidade de participação social, porém com certa limitação: por um lado, a identificação pode inibir a denúncia por medo de exposição; por outro, é certo que evita a sobrecarga à Setec de denúncias repetidas feitas por intriga da

² Ver: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17998&Itemid=1196. Acesso em: 22 abr. 2014.

oposição política nos locais beneficiados pelo programa. De toda forma, a denúncia deve ser acompanhada de fotos e exposição de fatos manifestados.

Pessoalmente, não acredito que essa seja a melhor forma de participação social, e nem que a identificação do denunciante consiga inibir intriga política. Porém, a utilização de fotos, vídeos ou outros dispositivos de mídia para expor algum problema parece sim uma forma interessante de se promover a participação no controle da execução do programa e ajudar na prestação de contas.

Cabe comentar que a rotina do setor tem movimentação regular do Coordenador Sr. Cleanto Gonçalves e do Coordenador-Geral Sr. Carlos Arêas. O volume de trabalho com que esses servidores estão envolvidos ficou bem caracterizado ao longo da imersão.

Por tratarem de dois programas de incentivo a outros entes federativos, o E-Tec Brasil e o Brasil-Pro, a movimentação de representantes das secretarias de educação das UF também é regular. Há de ser dito que esses representantes vão até a CGFS por convocações periódicas para prestação de contas dos estados à União, esclarecimentos sobre a utilização do sistema Simec e, exposição de dificuldades por parte dos estados e das previsões de atendimentos das demandas por recursos, bem como para a divulgação de novas chamadas.

Esses encontros, no âmbito do Brasil-Pro, são chamados de “Ponto Controle Estadual” e sua ata é feita na Guia de Registro de Reunião – MEC/Setec. Foram passadas a mim seis guias que tiveram como responsável a servidora, assessora do Coordenador-Geral, Sra. Francismara Alves. Nesses documentos, a **terceira e a quarta problemática** de gestão apresentaram-se: as dificuldades apresentadas na promoção de processo licitatório para as obras de ampliação, reforma ou construção; e os atrasos na atualização da situação dos estados no Simec.

A relação de materiais para as obras de infraestrutura é detalhada pela secretaria de educação do estado, podendo ser auxiliada por algum consultor da CGFS, ou até pelos engenheiros e arquitetos que elaboraram os projetos arquitetônicos padronizados pelo MEC e FNDE. Definida a lista de materiais para orçamento, a relação passa para o FNDE que faz a análise do numerário demonstrado (metragem e valores financeiros) com a realidade do mercado local, e então é liberado o valor para a licitação dos materiais que têm o padrão já definido pelo MEC e FNDE.

O Plano de Ações Articuladas (PAR)³ envolve uma gama de programas, entre esses está o Brasil-Pro, ele visa simplificar e padronizar os procedimentos para repasse de recursos

³ Ver: <http://www.fnde.gov.br/programas/par/par-apresentacao>. Acesso em: 24 mar. 2014.

de finalidade educacional. Por meio do sistema Simec, modificado e revisado para atuar de acordo com o PAR, são cadastrados os respaldos que as secretarias de educação devem informar para continuar participando do programa. Com isso, caso alguma organização de ensino deixe pendente alguma informação sobre a execução físico-financeira do projeto contratado com o MEC, o sistema Simec/PAR bloqueia a relação com todas as organizações educacionais da UF. Com isso, se a secretaria de educação ou órgão semelhante do estado esquecer-se de atualizar a situação de uma escola beneficiada pelo programa, toda a UF estará impedida de receber novos recursos até que se normalize o cadastro.

No governo Dilma Rousseff, a partir da edição da Lei nº 12.695/2012, a União, por meio do Ministério da Educação, está autorizada a transferir recursos aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à execução das ações do PAR, sem a necessidade de firmar convênio, ajuste, acordo ou contrato (BRASIL, 2013c).

Depois dessa lei, o repasse de recursos do Brasil-Pro passou a ser firmado por meio de um Termo de Compromisso (TC) entre a União, representada pelo MEC e FNDE, e a UF, representada pela sua Secretaria de Educação ou órgão semelhante. Esses recursos são utilizados para licitar a infraestrutura e os materiais dos laboratórios. Já a especialização dos docentes oferecendo-lhes mestrados e doutorados na área de educação profissional e tecnológica (EPT), e do corpo gerencial da escola técnica oferecendo-lhes especializações na gestão de escolas de EPT, é feita por Termo de Cooperação entre a assistência técnica do MEC e as organizações federais de ensino técnico e profissionalizante, como é o caso dos Institutos Federais.

Esse modo de gestão revela o interesse de descentralização das compras de responsabilidade antes da União para os entes federativos, caracterizando a modalidade de repasse financeiro com aplicação direcionada à educação da esfera federal para estadual e possivelmente municipal. Para deixar disponíveis estas dotações orçamentárias, a esfera federal exige apenas a contrapartida dos estados, firmando o compromisso de que os recursos serão exclusivamente para atender os objetivos dos programas ao qual tal dotação se vincula, e o preenchimento de informações sobre as aplicações dos recursos financeiros e os resultados dessas no sistema de gestão.

A terceira problemática é então percebida na descentralização das compras, pela dificuldade de as UF abrirem processo licitatório para as obras de infraestrutura, ao deixar assim como ao se deixar sob a responsabilidade da secretaria de educação beneficiada licitar, também, os materiais dos laboratórios, sendo que isso era feito anteriormente pelo FNDE. Um

dos problemas mais relatados pelos estados foi justamente a dificuldade nos processos de licitação para a construção, ampliação ou reforma. Assim, pode-se ter agravado a problemática da aplicação dos recursos após o PAR, mesmo que esse plano tenha sanado alguns vícios e diminuído a morosidade no repasse.

Uma das justificativas da dificuldade em licitar é que, em alguns locais, a economia de produção de bens não é suficientemente desenvolvida para o fornecimento de materiais e equipamentos necessários para essas obras. Como terá, então, a capacidade de licitar materiais sofisticados para os laboratórios?

Por outro lado, a centralização das compras de materiais de laboratório pelo FNDE acabaria reforçando a hegemonia de mercado das empresas produtoras e dos estados a que pertencem, e ainda potencialmente facilita a criação de monopólios. Ao se descentralizar, fica aberta oportunidade para outras empresas concorrerem, pois a licitação passa a ocorrer em vários locais, fazendo com que as empresas pesquisem os melhores locais para venda, assim, podendo aprimorar sua cadeia logística, tendo em vista que a entrega do produto vai direto para a organização de ensino.

A **quinta problemática** de gestão, que limitou sobremaneira a obtenção de resposta da pergunta norteadora desta pesquisa foi que, tendo em vista que mesmo depois da renovação do sistema Simec os estados não enviavam o quantitativo de vagas e outros dados de indicadores sobre a evolução da oferta de vagas na educação profissional e tecnológica das regiões beneficiadas pelo Brasil-Pro, pois estes dados são exigidos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) que não foi reformado pelo PAR. Segundo a Sra. Francismara Alves (2014):

São dois sistemas de gestão, o Simec, aparelhado para o cadastro das organizações educacionais de estado, e o Sistec com a função de captar o resultado das ações e perspectiva de vagas efetivamente abertas. Pela nova lei, são firmados Termos de Compromisso, recurso, neste caso, refere-se ao repasse financeiro e a responsabilidade de licitar fica com o estado, porém a aplicação do recurso para a qualificação profissional é feito por Termo de Cooperação que fica sobre a responsabilidade da União, neste caso, o MEC realiza parcerias com organizações de ensino federal, para ter acesso a estes recursos é necessário manter o Simec/PAR atualizado, no entanto o Sistec não tem essa prerrogativa, mesmo porque em 2012 ainda se acreditava ser muito cedo para se avaliar algum resultado, mesmo porque a primeira obra de construção contemplada pelo programa foi concluída em 2010.

Dessa forma, a utilização do Sistec não é efetivada regularmente pelas secretarias de educação estaduais, pois, ao solicitar um relatório sobre a perspectiva de vagas abertas, informaram que estava desatualizado e que estipulariam um prazo às secretarias de educação para o preenchimento adequado deste sistema. Ao contrário do Simec/PAR, anteriormente referido, o não preenchimento do Sistec não acarreta no travamento da ação do programa.

A busca por documentação a respeito das vagas criadas foi determinada, durante todo o período de imersão, mas só foram conseguidos dados sobre a execução orçamentária e o número de obras.

A solicitação por dados para a pesquisa aqui relatada sobre a evolução do número de vagas abertas pelo Brasil-Pro pode ter-se somado a outras demandas por essas informações, pois não havia nenhuma mensuração desse aspecto, nem nos dados trabalhados pela consultora que trabalha lá desde o Proep do FHC a Sra. Katienne Holanda.

Isso deixa uma falha na execução do objetivo exposto no decreto que regulamentou o atual programa, pois não há como saber o impacto que o Brasil-Pro realmente implica na educação profissional e tecnológica das UF. É possível saber apenas o montante financeiro que o Brasil-Pro possui para esse fim.

Mesmo assim, permaneci na CGFS tentando buscar outras fontes de dados nesse sentido, ainda que informais. Procurei conversar com alguém que lidava com o respaldo que os estados devem dar ao programa, e então me indicaram a servidora Sra. Francismara Alves, que trabalha no Brasil-Pro há seis meses, e faz parte da assistência financeira, ou seja, auxilia na análise da solicitação financeira feita pelas secretarias de educação.

A Sra. Francismara Alves foi mais uma pessoa, além do Coordenador-Geral e da consultora Sra. Katienne Holanda, a declarar que o controle da gestão do Brasil-Pro, antes de 2013, tinha problemas. Segundo a Sra. Alves (2014):

Antes desta lei (PAR) se firmava um convênio, recurso, neste caso, significa os materiais pedagógicos licitados pelo FNDE que são doados para a organização beneficiada e depois tombados no nome desta, e o dinheiro repassado era para aplicar nas obras de infraestrutura. A racionalidade do Termo de Compromisso é eliminar os intermediários, sendo esse termo firmado diretamente com a organização estadual de ensino, a secretaria estadual de educação ficaria responsável por fiscalizar. A organização educacional gerencia os recursos e a secretaria educacional fiscaliza. Os convênios não tinham tanta praticidade porque o recurso (material já licitado) passava pelo governo estadual depois à secretaria de educação e então às organizações educacionais, é um processo mais moroso e o preenchimento de qualquer sistema fica prejudicado.

Por isso, uma das ações da nova gestão foi suspender as novas chamadas para participar do programa e organizar as que estavam em execução.

4.3.2 AS CHAMADAS DO PROGRAMA E SEUS RESULTADOS

Como mencionado nos procedimentos metodológicos, outra servidora entrevistada foi a Sra. Anielle Coletti, está há três anos no Brasil-Pro e trabalha com a assistência técnica do programa, realizando vistorias sobre a funcionalidade dos laboratórios e a análise dos pedidos de material pedagógico. Segundo a Sra. Anielle Coletti (2014):

São 31 padrões de laboratórios oferecidos pela assistência técnica, em cada um deles vem um pacote de materiais didáticos, mobiliário e de infraestrutura. A avaliação sobre quais tipos de laboratórios são mais apropriados para determinada região é feita pelo consultor de convênio.

Conforme o relato dessa mesma servidora, já foram feitas três chamadas, desde 2008, para participar do programa.

A primeira, conhecida como piloto, teve demanda por laboratórios nos estados do Amapá, Acre, Mato Grosso, Santa Catarina e Paraná. Apenas as organizações de ensino que conseguiram comprovar o mínimo de estrutura já existente foram beneficiadas com ampliação ou reforma para acolher os laboratórios. A demanda dessa chamada chegou a 635 laboratórios.

Quando a 1ª chamada foi aberta em 2008, o Simec não comportava todas as informações que a CGFS necessitava, e então era exigido que os estados encaminhassem um ofício circular conforme o padrão do Manual de Orientação de Preenchimento da Situação Escolar (Mopse) disponibilizado no site do MEC/Brasil-Pro. Foram concluídos os 635 laboratórios dessa chamada.

A segunda chamada, aberta em 2009, teve uma demanda de 1088 laboratórios. No entanto, essa chamada foi suspensa pela troca de gestão e a necessidade percebida pelos gestores do programa de reorganizar a situação e ajustar os gargalos percebidos pela gestão.

Dos 1088 laboratórios conveniados, apenas 451 laboratórios de biologia, física e informática foram concluídos até a 3ª etapa da chamada. Contabilizando com os da primeira chamada, tem-se o total de 1086 laboratórios entregues desde 2008. A Sra. Anielli Coletti (2014) explicou essa divisão das chamadas em três etapas:

É importante compreender as etapas das chamadas que são descritas no Mopse: na 1ª etapa é entregue os recursos de infraestrutura, a instalação e itens de segurança; na 2ª etapa todo o mobiliário; e na 3ª equipamentos e materiais para a execução dos cursos. Na segunda chamada aqueles laboratórios que não foram concluídos, significa que alguma etapa não se realizou ou ficou incompleta.

A segunda chamada, por conta da suspensão do programa e pela integração do PAR, será realizada apenas por Termo de Compromisso, ou seja, a assistência financeira está trabalhando para repassar os recursos financeiros restantes a pagar para os estados e dando orientações sobre a aplicação desses.

O Sr. Arêas explicou, como funciona a operacionalização do repasse, o repasse do orçamento é feito em partes e por empenhos. Periodicamente, os estados devem comprovar a execução e o gasto do valor empenhado via Simec. Alguns estados demoram a gastar o

recurso financeiro e, conseqüentemente, param de receber até que se execute todo o orçamento previsto no convênio ou, atualmente, Termo de Compromisso.

Os estados que comprovam a execução conseguem com mais frequência renovar o repasse, mesmo de uma forma meio limitada pelo que o Sr. Carlos Arêas me mostrou, pois não havia demonstração de notas fiscais e forma de avaliar o quanto o programa realmente interfere no número de vagas para a educação técnica profissionalizante, registrando-se que não foi autorizado o meu acesso ao Simec. Mesmo que essas duas competências sejam respectivamente do FNDE e do setor que lida com o Sistec, ao qual, também, não foi autorizado meu acesso, a autorização de novos empenhos é feita pelo Simec/PAR.

Todas essas informações seguem um conjunto de relatos dos servidores e consultores da CGFS. Já o fato da abertura da terceira chamada, não foi possível confirmar a data real de sua realização, pois, além do limite temporal dado desta pesquisa, nas últimas semanas do mês de maio de 2014, em que estive na CGFS, o Coordenador-Geral estava com a agenda cheia por conta dessa nova chamada.

Uma das razões da suspensão também foi o não cumprimento dos prazos para tornar funcionais os materiais dos laboratórios e os recursos financeiros repassados para as organizações de ensino e secretarias de educação. Teve início a terceira chamada, porém as escolas e secretarias que se cadastraram aguardam a liberação da segunda. Isso demonstra certo atropelo e descontrole de atores que planejam estrategicamente o programa, em parte justificável, pela necessidade de se empenhar e gastar o orçamento previsto, de forma que montantes destinados à pasta não sejam reduzidos futuramente, o que é grave quando se pondera a disputa orçamentária existente em nossa República Federativa.

Complementando o relato da Sra. Anielli Coletti, encontrei no *site* do MEC a seguinte nota⁴ da Assessoria de Comunicação Social do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, publicada no dia 25 de novembro de 2009:

Em 2008 (1ª chamada), o programa repassou 524 milhões de reais a 18 estados. Em 2009 (2ª chamada), os recursos serão de 790 milhões de reais, para 24 entidades federadas. O projeto arquitetônico das escolas é padrão, fornecido pelo MEC, custa 6 milhões de reais e prevê a construção de uma biblioteca, 6 laboratórios, 12 salas de aula e capacidade para atender a 1,2 mil estudantes. Cada estado solicitou ao MEC suas principais demandas; portanto, o valor dos recursos varia bastante de estado para estado.

Com os dados adquiridos na CGFS, demonstra-se que a quantidade de estados beneficiados está correta, e que o montante de recursos conveniados foi aproximado na

primeira chamada e pouco menor no mencionado para a segunda. De toda forma, as informações sobre o projeto arquitetônico condizem com os relatos da CGFS e de seus consultores.

Na Tabela 4.1, são demonstrados os valores pagos às UF divididos em infraestrutura (IE) e recurso pedagógico (RP) e, na Tabela 4.2, os valores conveniados. As UF que receberam orçamento para IE provavelmente aplicaram-no em ampliação de espaço útil das escolas ou construção de novos institutos estaduais de educação, que já possuem um projeto arquitetônico padrão, sendo tal projeto orçado no valor mencionado, na nota da Assessoria de Comunicação do MEC, de seis milhões de reais. Com isso, pode-se perceber que as UF que conveniaram um recurso abaixo desse valor possivelmente o usaram para ampliações e reformas, e aquelas que conveniaram bem acima do valor, tiveram a oportunidade de construir várias escolas padrão. Não foram disponibilizados, contudo, dados que especifiquem essas aplicações.

Os valores direcionados para RP são para compra de quadros, projetores, mobiliários, acervos bibliográficos, gramáticas e dicionários de línguas, mapotecas, filmotecas, e material de uso geral dentro da escola. Não são incluídos aqui os equipamentos e materiais mais específicos dos laboratórios, pela peculiaridade desses.

Tabela 4.1 – Valores pagos pelo FNDE e disponibilizado à UF.

Soma de Valores Pagos R\$					
	2008	2009	2010	2011	Total
AC	3.240.680,19	9.045.084,09			12.285.764,28
IE		7.301.179,29			7.301.179,29
RP	3.240.680,19	1.743.904,80			4.984.584,99
AL		1.838.564,21			1.838.564,21
IE		1.838.564,21			1.838.564,21
AP	1.915.479,84	351.420,30			2.266.900,14
IE	1.915.479,84				1.915.479,84
RP		351.420,30			351.420,30
BA	33.464.533,38	7.090.880,40			40.555.413,78
IE	28.278.855,00	2.641.688,05			30.920.543,05
RP	5.185.678,38	4.449.192,35			9.634.870,73
CE	122.999.151,25	4.965.956,72	75.735.000,00	45.425.336,13	249.125.444,10
IE	114.564.704,51		75.735.000,00		190.299.704,51
RP	8.434.446,74	4.965.956,72		45.425.336,13	58.825.739,59
DF				14.849.968,82	14.849.968,82
IE				14.849.968,82	14.849.968,82

⁴ Ver: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14684. Acesso em: 14 abr. 2014.

ES		3.091.615,89		11.179.414,78	14.271.030,67
IE				11.179.414,78	11.179.414,78
RP		3.091.615,89			3.091.615,89
GO		4.243.178,35	527.361,76	21.002.803,97	25.773.344,08
IE		552.919,69		20.576.542,48	21.129.462,17
RP		3.690.258,66	527.361,76	426.261,49	4.643.881,91
MA	8.217.000,00	11.168.369,66			19.385.369,66
IE	8.217.000,00	11.168.369,66			19.385.369,66
MG		35.094.673,22	2.878.326,99	10.693.204,80	48.666.205,01
IE		35.094.673,22	2.878.326,99	10.693.204,80	48.666.205,01
MS	287.767,59	51.011.870,24			51.299.637,83
IE		46.369.168,66			46.369.168,66
RP	287.767,59	4.642.701,58			4.930.469,17
MT	33.216.351,26	22.625.230,03	5.035.596,24		60.877.177,53
IE	25.979.431,46	21.144.808,78	5.035.596,24		52.159.836,48
RP	7.236.919,80	1.480.421,25			8.717.341,05
PA	12.341.210,05	47.484.810,66			59.826.020,71
IE	10.632.881,17	47.367.763,85			58.000.645,02
RP	1.708.328,88	117.046,81			1.825.375,69
PB	18.275.246,14	5.852.313,38		33.410.400,63	57.537.960,15
IE	11.874.700,12	2.254.158,38		33.410.400,63	47.539.259,13
RP	6.400.546,02	3.598.155,00			9.998.701,02
PE	795.900,60	7.200.302,21	84.339.224,56	20.724.463,57	113.059.890,94
IE		6.645.031,01	84.339.224,56	18.621.992,25	109.606.247,82
RP	795.900,60	555.271,20		2.102.471,32	3.453.643,12
PI	3.385.345,29	36.444.711,77	1.750.243,05	10.540.785,12	52.121.085,23
IE		33.368.506,55	1.750.243,05		35.118.749,60
RP	3.385.345,29	3.076.205,22		10.540.785,12	17.002.335,63
PR	101.968.744,14	13.579.173,79	12.425.368,53		127.973.286,46
IE	54.028.170,84	13.579.173,79	5.939.795,37		73.547.140,00
RP	47.940.573,30		6.485.573,16		54.426.146,46
RN	40.722.032,35	18.071.701,10			58.793.733,45
IE	39.844.453,79	13.669.360,11			53.513.813,90
RP	877.578,56	4.402.340,99			5.279.919,55
RR	429.521,40	7.306.910,13			7.736.431,53
IE		7.306.910,13			7.306.910,13
RP	429.521,40				429.521,40
RS	13.745.544,66	9.924.052,66			23.669.597,32
IE	3.749.601,46	9.924.052,66			13.673.654,12
RP	9.995.943,20				9.995.943,20
SC	17.378.178,81	29.130.100,25	18.306.600,14		64.814.879,20
IE	10.321.192,84	29.130.100,25	18.306.600,14		57.757.893,23
RP	7.056.985,97				7.056.985,97
SE	862.908,09	11.791.399,86	11.319.152,55		23.973.460,50
IE		5.218.814,09	11.319.152,55		16.537.966,64
RP	862.908,09	6.572.585,77			7.435.493,86
SP		14.364.728,66		64.674.224,12	79.038.952,78
IE		14.364.728,66			14.364.728,66

RP				64.674.224,12	64.674.224,12
TO	2.834.573,94	14.795.457,26	3.430.889,23	1.415.198,36	22.476.118,79
IE		14.795.457,26	3.430.889,23		18.226.346,49
RP	2.834.573,94			1.415.198,36	4.249.772,30
Total Geral	416.080.168,98	366.472.504,84	215.747.763,05	233.915.800,30	<u>1.232.216.237,17</u>

Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS

Nota: dividido em infraestrutura (IE) e recurso pedagógico (RP).

Os valores tratados aqui foram todos repassados por convênio, uma vez que o período contemplado é de 2008 a 2011. Ao comparar as Tabelas 4.1 e 4.2, pode-se verificar que nem todo o valor conveniado foi realmente repassado. E em 2009, cerca de metade do valor conveniado foi pago. Como o repasse é liberado à medida que as UF comprovam a execução, enquanto não é feito isso, o orçamento fica depositado no FNDE, vinculado ao convênio que o gerou.

Esses dados foram me passados em 2014 pela CGFS e não foi possível a afirmação de que o restante a pagar dos convênios foi utilizado nos anos seguintes. Como mostra a Tabela 4.3, houve uma redução de 2009 para 2011 no número de novos convênios e, em 2012, a paralisação. É factível, pelo montante repassado em 2009, que algumas UF não conseguiram investir todo o valor por ser realmente difícil e delicado manejar esta quantidade de dinheiro no setor público, de certa forma no privado também.

Tabela 4.2 – Valores descritos nos convênios realizados entre o MEC/FNDE e as UF

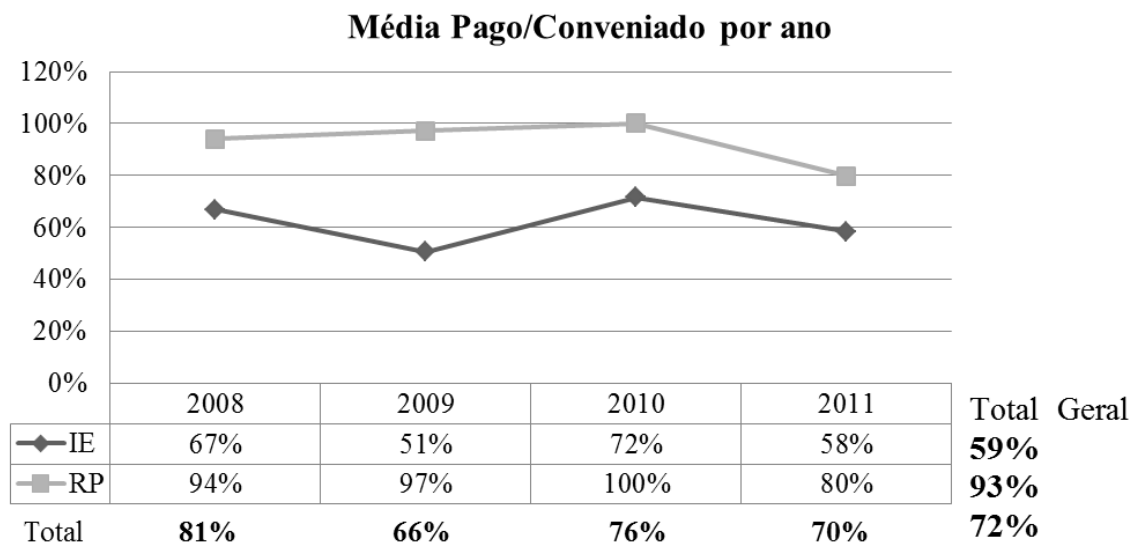
Soma de Valores dos convênios R\$					
	2008	2009	2010	2011	Total
AC	3.240.680,19	52.686.989,26		3.553.031,43	59.480.700,88
AL		18.244.256,85			18.244.256,85
AP	4.720.560,75	351.420,30			5.071.981,05
BA	61.743.388,30	9.732.568,43			71.475.956,73
CE	122.999.151,25	4.965.956,72	100.980.000,00	45.425.336,13	274.370.444,10
DF				29.699.937,63	29.699.937,63
ES		3.091.615,89		22.358.829,56	25.450.445,45
GO		4.796.098,04	527.361,76	41.579.346,44	46.902.806,24
MA	16.421.595,18	31.513.468,86			47.935.064,04
MG		35.094.673,22	7.311.390,16	14.257.606,39	56.663.669,77
MS	287.767,59	66.488.109,29			66.775.876,88
MT	51.071.149,35	48.072.289,08	6.714.128,31		105.857.566,74
PA	18.043.903,11	77.560.756,69			95.604.659,80
PB	24.175.666,66	9.637.752,50		44.547.200,84	78.360.620,00
PE	795.900,60	8.459.281,43	97.862.872,14	39.346.455,81	146.464.509,98
PI	3.385.345,29	48.328.849,06	1.750.243,05	10.540.785,12	64.005.222,52
PR	124.970.453,59	54.316.695,15	18.365.163,89		197.652.312,63
RN	63.800.933,48	73.961.693,34			137.762.626,82

RR	429.521,40	7.306.910,13			7.736.431,53
RS	17.471.323,38	39.696.210,63			57.167.534,01
SC	17.378.178,81	33.842.902,53	18.306.600,14		69.527.681,48
SE	862.908,09	22.182.165,44	22.638.305,09		45.683.378,62
SP		57.458.914,62		109.871.898,07	167.330.812,69
TO	2.834.573,94	27.181.458,11	6.861.778,46	1.415.198,36	38.293.008,87
Total Geral	534.633.000,96	734.971.035,57	281.317.843,00	362.595.625,78	1.913.517.505,31

Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS

Ao verificar a Figura 4.1, fica claro que é mais fácil realizar o orçamento quando se trata de recursos pedagógicos, mesmo porque a compra deles é mais rápida e menos complicada do que um processo licitatório para uma obra, ou até mesmo ampliação. Como dito anteriormente, o restante a pagar da IE e do RP por algumas UF pode estar associado ao complexo processo de se manejar uma grande quantidade de dinheiro no setor público. Porém, com o programa paralisado desde 2012, não foi possível compreender se tais valores ficarão reservados para os Termos de Compromisso que serão firmados ainda neste ano de 2014, ou se tiveram outra destinação.

Figura 4.1 – Média das porcentagens dos valores que foram pagos em relação aos conveniados.



Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS

Nota: Dividido em infraestrutura e recurso pedagógico.

A Tabela 4.3 mostra a aderência das UF ao programa, com o destaque de que, em 2009, percebemos que todos os estados participavam menos o Distrito Federal, que aderiu apenas em 2011. Pernambuco é o estado com mais convênios celebrados e o DF com menos.

Tabela 4.3 – Número de convênios realizados por ano, divididos por UF.

UF	2008	2009	2010	2011	Total	PA	2	2			4
AC	1	3		1	5	PB	2	2		1	5
AL		2			2	PE	1	3	3	2	9
AP	2	1			3	PI	1	3	1	1	6
BA	2	2			4	PR	3	2	2		7
CE	2	1	1	1	5	RN	2	2			4
DF				1	1	RR	1	1			2
ES		1		1	2	RS	2	2			4
GO		2	1	2	5	SC	3	2	1		6
MA	2	1			3	SE	1	4	1		6
MG		1	1	1	3	SP		1		1	2
MS	1	4			5	TO	1	4	1	1	7
MT	3	3	1		7	Total	32	49	13	13	107

Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS

Pela Tabela 4.4, por sua vez, pode ser vista a precariedade da capacidade de algumas UF, mesmo aquelas que se destacam no cenário econômico e político nacional, em conseguir aplicar o valor repassado durante quatro anos. É o caso de Alagoas, por exemplo. E, no lado oposto, Roraima mostra que é possível investir todo o dinheiro em menos de quatro anos.

Tabela 4.4 – Porcentagem do total de valores pagos sobre conveniados até 2011.

Norte	58%	Nordeste	59%
AC	21%	AL	21%
AP	45%	BA	57%
PA	63%	CE	91%
RR	100%	MA	40%
TO	59%	PB	73%
Sul	66%	PE	77%
PR	65%	PI	81%
RS	41%	RN	43%
SC	93%	SE	52%
Sudeste	63%	Centro-Oeste	60%
ES	56%	DF	50%
MG	86%	GO	55%
SP	47%	MS	77%
		MT	58%

Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS

Com a paralisação do programa em 2012, pela percepção da situação descrita e mensurada nesta análise, baseada em dados obtidos na imersão, nas entrevistas e em documentos, a Tabela 4.5 mostra os primeiros Termos de Compromisso realizados em 2012

antes da completa interrupção do Brasil-Pro, com os valores firmados pelos TC e os repassados às UF.

Tabela 4.5 – Termos de Compromisso (TC) realizados em 2012.

UF	Firmado	Pago
CE (IE)	30.117.860,08	6.023.568,35
ES (IE)	7.528.255,44	3.011.290,18
PR (RP)	2.480.401,14	2.480.401,14
PE (IE)	67.716.335,43	27.086.534,19
PE (RP)	7.545.815,16	7.545.815,16
Total R\$	115.388.667,25	46.147.609,02

Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS

Nota: valores firmados e pagos até o dia 10/04/2014.

Com isso, o valor total financeiro colocado à disposição (conveniado) do programa Brasil-Pro entre 2008 e 2014 é de R\$ 2.028.906.172,56. Sem prejuízo de ajustes necessários em razão dos dados que podem não ter sido disponibilizados, apenas R\$ 1.278.363.846,19 foram efetivamente repassados e utilizados pelas UF para ampliar a oferta de vagas na educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio.

4.4 A NOVA GESTÃO

A Sra. Katienne Holanda (2014), consultora que está há mais tempo no Brasil-Pro, e que possui tantas informações quanto o Coordenador-Geral, explicou como irá funcionar o atual processo de seleção das UF para se beneficiar do programa:

Após a previsão orçamentária e o lançamento da chamada pelo MEC, os estados com suas respectivas secretarias de educação ou de ciência e tecnologia ou até autarquias de educação técnica enviam pelo Simec/PAR as demandas e as condições locais, a CGFS analisa os cursos e materiais solicitados em comparação com as condições físicas e da própria região. Feita a filtragem o FNDE recebe os dados e analisa financeiramente o projeto do estado, aprovado, assina-se o Termo de Compromisso e então o estado deve alimentar a base de dados do Sistec. Essa é a forma como está prevista para ocorrer atualmente e nas próximas chamadas. O intuito do Brasil-Pro é tornar uma política federal em uma política estadual. A União com intenção de injetar dinheiro nos estados, preferencialmente aqueles que não têm educação integrada e deixar a manutenção do programa sobre responsabilidade do próprio estado.

Percebe-se nesse relato, a preocupação com a construção dos critérios para se beneficiar uma UF, os quais ainda estão em desenvolvimento junto com o FNDE, por meio de reuniões com a CGFS e o setor responsável do órgão.

Como referido, anteriormente eram feitos convênios para firmar a relação entre estado e União. Pelas informações coletadas na CGFS, de 2008 a 2012, o programa foi tocado por três frentes, a Assistência Técnica (AT), a Assistência Financeira (AF) e a Assistência Direta do Estado (AE).

A primeira frente tratava da compra e envio dos recursos para laboratório, padronizados pelo MEC e licitados pelo FNDE. Esses recursos eram doados para os estados conveniados, as quantidades dependiam de as necessidades dos estados se encaixarem nos 31 laboratórios oferecidos. Tratava, também, essa frente, da publicação dos editais para capacitação profissional voltada à execução e manutenção das escolas, realizada por cursos de formação profissional em parceria com os institutos federais de educação.

A segunda frente trata do repasse de recursos para atender às necessidades específicas do estado, aquelas que não se encaixassem nos 31 laboratórios oferecidos pela AT. Nessa frente, o MEC – que já possui 34 laboratórios desse tipo – analisa a demanda pelo curso e o FNDE repassa a verba para o estado comprar de acordo com a lista de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos dos laboratórios específicos previamente aprovados pela análise do MEC, que se baseia em como deve ser a execução do curso descrita no projeto político pedagógico. Toda a parte de infraestrutura como ampliação, reforma e construção, também é feita pela AF.

Já a terceira frente trata da resposta do estado, dos resultados exigidos para continuar no programa. Isso é feito pelo Sistec, registrando-se as demonstrações por meio de índices e fatos, por meio da capacidade de se manter a escola e atender à projeção de vagas descrita no Plano de Expansão da Educação Profissional formalizado pelo estado. Essa frente trata, também, da operacionalização dos cursos de especialização para os docentes, mensurando as demandas das organizações educacionais para basear um requerimento de edital de mestrados ou doutorados.

No entanto, constatou-se na imersão que esta terceira frente é operacionalizada em parte, pelo menos não como deveria ocorrer, sendo possivelmente o motivo pelo qual não foi realizada a aquisição de dados sobre a mensuração ou projeção de vagas abertas na educação profissional pelo programa Brasil-Pro.

A justificativa dos gestores baseia-se na dificuldade de se mensurar como o repasse financeiro da política pública para a reforma das estruturas já existentes, bem como o aprimoramento dos profissionais da área que trata o programa, relacionam-se com a evolução de vagas. Estaria em tela uma mensuração complexa, na qual estão envolvidas variáveis subjetivas ou de difícil quantificação.

A análise da especialização profissional, sendo essa uma variável qualitativa, por tanto com maior complexidade para se relacionar com o aumento do número de vagas, pois não tem relação direta com a possibilidade de aumento uma vez que a percepção nesse sentido teria de se basear na qualificação do aluno.

Como o foco do programa é a educação integrada ao ensino médio, a capacidade de vagas tem relação com o número de vagas – integradas ou não – já existentes nas escolas de nível médio. Ao tratar o número de vagas no período antes da aplicação com a reforma, como período inicial, e após a realização da reforma, como período final, provavelmente se perceberia uma evolução quantitativa ao se subtrair o final pelo inicial, já que uma reforma tem, muitas vezes, o objetivo de tornar um espaço mais eficiente.

Além disso, essa ampliação ou reforma, pode ser feitas em escolas de nível médio que ainda não oferecem o ensino técnico profissional, ou seja, após a obra, a aquisição do(s) laboratório(s) e contratação ou especialização de professores ou tutores, a escola já se tornaria apta a incluir alunos de forma controlada e mensurável no ensino técnico profissionalizante integrado.

De toda forma, a percepção dos resultados só é possível depois de certo tempo de maturação do programa. De fato, do início dos repasses, em 2008, até a formação de profissionais na área, bem como a construção, ampliação ou reforma das escolas.

Atualmente, a AT está suspensa e provavelmente será extinta para que as novas relações entre União e estados sejam firmados por Termo de Compromisso. Como anteriormente comentado, isso elimina a necessidade do FNDE fazer licitações, pois o dinheiro será repassado aos estados junto a suas secretarias de educação ou afins, que deverão licitar conforme o padrão exigido pelo MEC e FNDE. Esse modelo de repasse é baseado no Plano de Ações Articuladas (PAR), o que já se explicou.

Dessa forma, o pessoal da AT foi “absorvido” pela AF, a AE que permanecerá na busca por novas formas de contrapartida dos estados, que agora terão a possibilidade de escolher entre os 65 laboratórios, antes divididos por formas de assistências.

Atualmente, o dinheiro é repassado por Termo de Compromisso, e a responsabilidade de licitar infraestrutura, recursos pedagógicos e laboratórios é do estado; o FNDE e o MEC avaliam o gasto. A especialização do quadro de profissionais de educação para as escolas técnicas do estado permanece sendo feito por chamadas de cursos ofertados por institutos federais de educação, os estados interessados solicitam a demanda por cursos à Setec/CGFS por ofício.

No relato da Sra. Katiene Holanda (2014), a seguir, é possível verificar a intensão de se integrar o novo planejamento da política pública num molde participativo:

Os problemas de gestão foram e são percebidos e avaliados em conjunto com os estados, pois nós como consultores e gestores tentamos fazer com que os estados percebam que o programa tem como objetivo a formação de uma equipe em prol da educação profissional. Os estados como os burocratas da ponta podem perceber problemas que os burocratas da gestão podem não perceber em seu campo de ação. Essa percepção resultou no aperfeiçoamento do modo de cadastro e compilação de dados para participar e se manter no programa, um exemplo disso é o antigo Simec que continha quatro dimensões de aferição da efetividade com um total aproximado de 64 indicadores, e exigia a resposta a um questionário muito longo para poder participar. Agora o relatório para manter-se no programa é menor com duas dimensões e os indicadores a serem preenchidos caíram para mais da metade (ela não soube o número de indicadores exato, e não teve autorização de acesso), e para participar do programa é exigido um relatório menor (Mopse) junto com um plano estratégico que vise manter os recursos adquiridos pelo programa ao longo do tempo, por exemplo, expandir a folha de pagamento do estado para que se acompanhe a ampliação das escolas. Outra exigência foi a elaboração de um projeto político pedagógico preliminar pela secretaria de educação do estado.

4.5 O RESULTADO

O que foi possível reunir para se responder a pergunta norteadora de pesquisa baseou-se no conjunto de documentos e dados obtidos sobre o número de obras realizadas até o dia 10 de abril de 2014. Também se baseou na execução do orçamento do programa com os cinco Termos de Compromissos realizados em 2012. Porém, faltou conseguir dados sobre o aumento de vagas pelo programa, bem como o diagnóstico final dos consultores sobre o programa até 2012.

Como destacado, a obtenção desses dados foi possível porque o Sistec não estava sendo atualizado pelas secretarias de educação e órgão afins, e até então o controle sobre esse sistema era pouco consistente. Já as últimas avaliações produzidas pelos consultores e entregues como produtos de seus contratos, foram enviados à Unesco, me disseram que provavelmente estariam arquivados por lá.

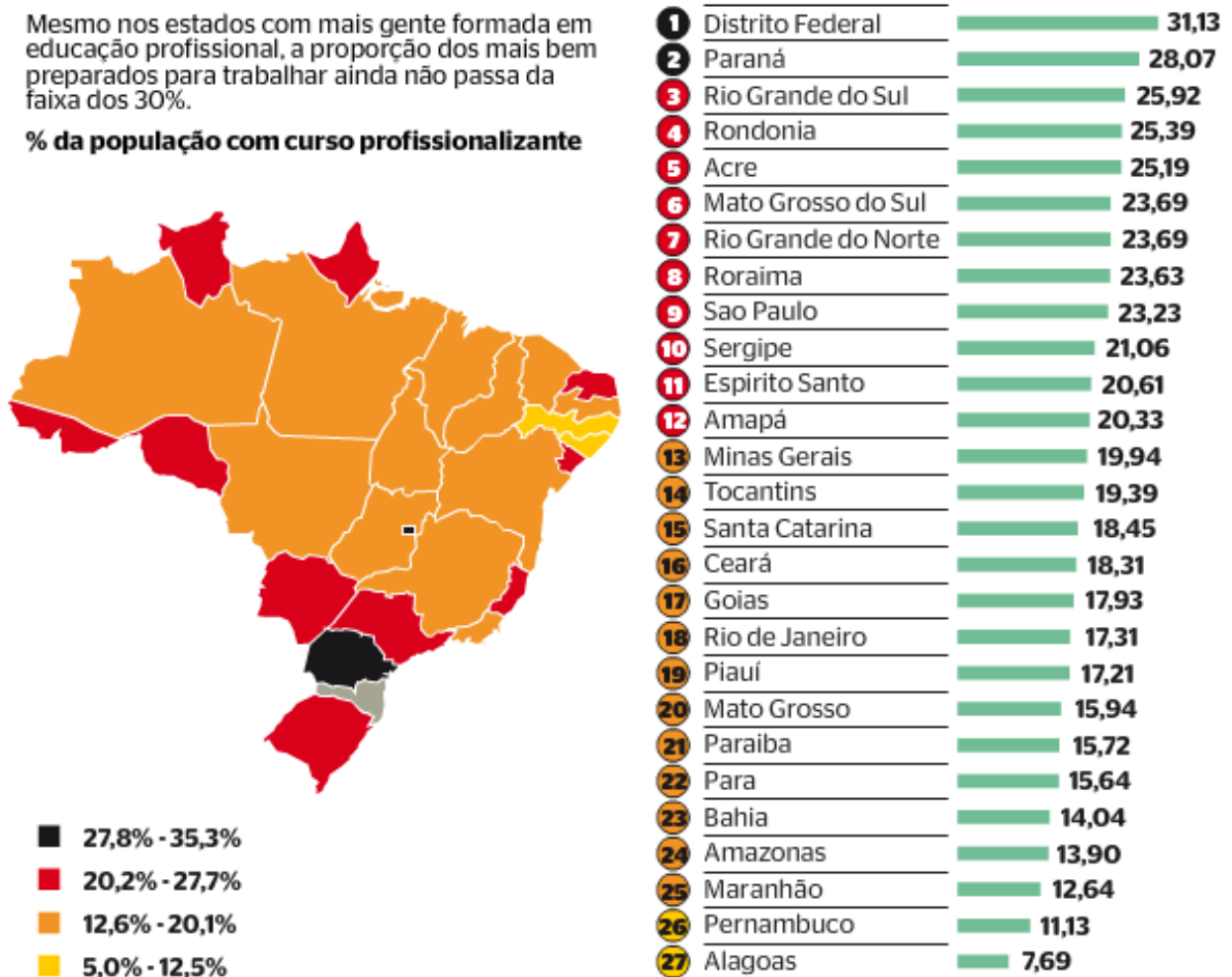
Conseguí, no entanto, por pesquisa documental, dados do censo escolar do Inep sobre o número de matrículas na educação profissional e a quantidade de organizações de ensino, porém sem relação com qualquer ação de governo, e desagregados. Serão úteis para pesquisa no sentido de se comparar a evolução no período de investimento do Brasil-Pro na educação profissional, principalmente no âmbito estadual.

A reportagem da Revista Época (2011), baseada no acervo de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-Rio) e do Instituto Votorantim, mostra como está a evolução da educação profissional em todo o Brasil:

A educação profissional, aquela voltada para ensinar um ofício, deu um salto nos últimos anos. O número de brasileiros que fizeram um curso profissionalizante - incluindo aí cursos livres, técnicos de ensino médio e superiores de tecnologia - aumentou 75% entre 2004 e 2010, de acordo com uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e do Instituto Votorantim. O impacto desses cursos na vida profissional das pessoas: elas têm 48% mais chance de arrumar um emprego do que as que não fizeram.

A Figura 4.2, mostra a porcentagem da população de cada UF que possui ao menos um curso profissionalizante, essa é uma perspectiva da realidade até 2010, quando a primeira chamada do Brasil-Pro já estava concluída e a segunda em curso, e pelo o que se pode verificar sobre como se encontrava a educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio, focada pelo programa, lembrando que esta representa apenas alguma parte desta porcentagem. É possível ver, também, a disparidade que a formação na educação profissionalizante, seja de nível básico, médio ou tecnológico, representa nas diferentes regiões do Brasil.

Figura 4.2 – Porcentagem da população com curso profissionalizante até 2010



Fonte: O mapa da educação profissional no Brasil – Revista Época Online

Elaboração: Flávia Yuri (Edição), Marco Vergotti (Infografia) e Renato Tanigawa (Infografia Online)

Nota: O estado Santa Catarina está em cinza, mas deve-se considerar como alaranjado.

Seguindo a análise, ao verificarmos, na Tabela 4.6, a UF que foi contemplada com o maior número de laboratórios na primeira chamada e compararmos com a Figura 4.2, é possível obter alguma evidência, ainda imprecisas. Por isso, antes de qualquer possível conclusão, vejamos como eram distribuídas, em 1999, as organizações por nível de educação profissional, segundo a região e a dependência administrativa, como mostrado na Tabela 4.7.

Tabela 4.6 – Quantitativo da relação de municípios e escolas beneficiadas com laboratórios da primeira demanda do Brasil-Pro.

LABORATÓRIOS	1ª CHAMADA		
Unidades Federadas	TOTAIS		
	Municípios	Escolas	Laboratórios
ACRE	1	1	2
AMAPÁ	1	3	5
MATO GROSSO	6	6	45
PARANÁ	88	159	377
SANTA CATARINA	56	77	206
TOTAL	152	246	635

Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS

Agora, mesmo com os dados desagregados, esta tabela permite realizar uma conclusão já esperada em face de nossa história de desequilíbrios regionais. A Região Sul, sendo a maior beneficiada na primeira chamada, reforça o seu destaque sobre as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em 1999, e também em 2010.

Tabela 4.7 – Organizações por nível de educação profissional, segundo a dependência administrativa (1999).

Número de Organizações por Nível de Educação Profissional ⁽¹⁾					
REGIÕES	Dependência Administrativa	Total	Básico	Técnico	Tecnológico
NORTE	Total	249	140	126	9
	Federal	16	10	13	2
	Estadual	77	12	63	2
	Municipal	7	4	3	-
	Privada ⁽²⁾	149	114	47	5
	Sistema S	25	25	4	-
NORDESTE	Total	666	419	329	25
	Federal	52	35	43	10
	Estadual	87	30	65	3
	Municipal	87	50	37	-
	Privada ⁽²⁾	440	304	184	12
	Sistema S	58	57	15	-
CENTRO-OESTE	Total	304	176	142	19
	Federal	10	8	9	1
	Estadual	74	16	61	1
	Municipal	25	13	13	-
	Privada ⁽²⁾	195	139	59	17
	Sistema S	19	19	10	-
SUDESTE	Total	1.895	905	1.124	153
	Federal	41	28	30	6
	Estadual	320	97	274	16
	Municipal	172	88	90	5
	Privada ⁽²⁾	1.362	692	730	126

	Sistema S	200	182	109	2
SUL	Total	834	394	495	52
	Federal	31	22	25	11
	Estadual	242	32	226	2
	Municipal	51	44	9	1
	Privada - Total	510	296	235	38
	Sistema S	107	105	34	3

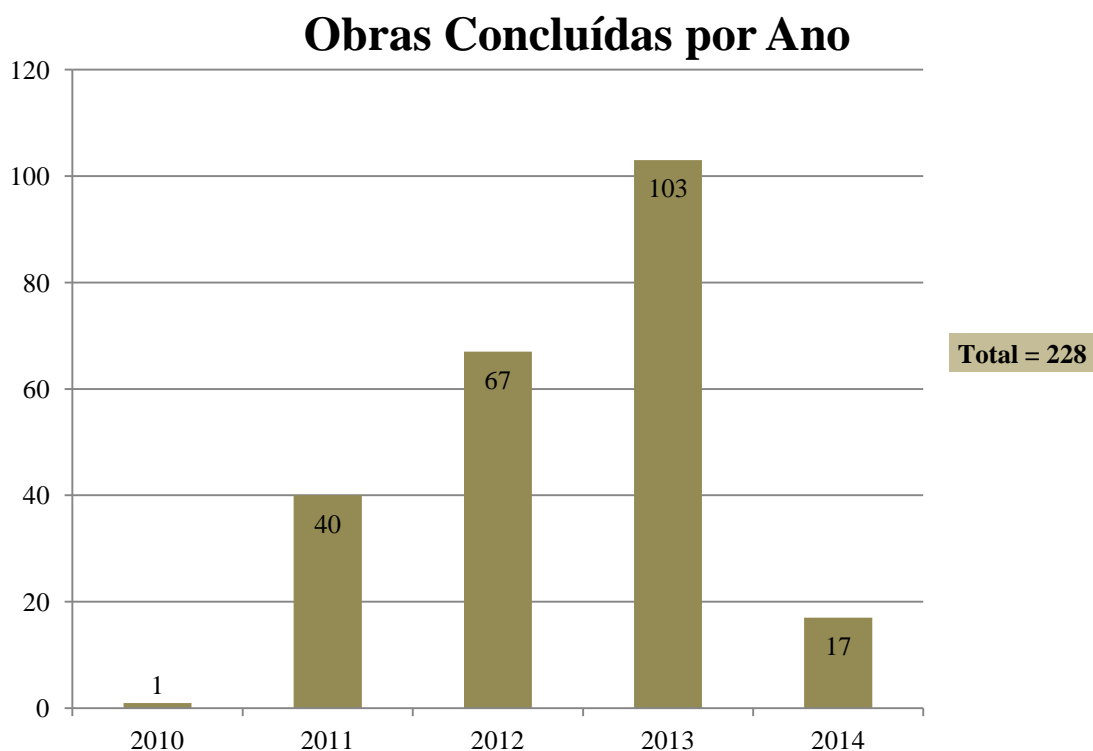
Fonte: Inep Censo Escolar 1999

Elaboração: MEC/Inep/SEEC

Nota: Uma organização pode oferecer cursos em mais de um nível de educação profissional ⁽¹⁾; as organizações privadas incluem os dados do Sistema S ⁽²⁾.

No entanto, não é surpresa se avaliarmos que um dos critérios para a UF ser contemplada com um laboratório é a existência de um espaço mínimo para a instalação, com a possibilidade de reformá-lo ou ampliá-lo. Como nas UF menos beneficiadas o histórico da região já a um leva número reduzido de organizações de educação profissional, proporcionalmente os benefícios, nessa etapa inicial do programa que procurou capacidade instalada, também serão. Por outro lado, foram conveniados recursos com dezoito UF, para construção de novos espaços ou escolas que seguem um dos projetos arquitetônicos padrão. A evolução da construção desses projetos arquitetônicos, desde a formalização do primeiro repasse em 2008, pode ser vista na Figura 4.3.

Figura 4.3 – Obras do Brasil-Pro concluídas por ano, até 10/04/2014.



Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS.

Uma das motivações do Brasil-Pro é o plano de governo de promover o desenvolvimento econômico nas regiões com menor diversidade produtiva. A evolução da demanda por novos laboratórios em 2009, constante na Tabela 4.8, mostra isso. Ao beneficiar escolas que conseguiram levantar novos espaços para abrigar os laboratórios, o plano seguia bem, até o momento que o benefício passou a ser entregue a organizações que comprovassem uma estrutura ainda não concluída, podendo estar em processo licitatório, e inclusive a comprovação de possuir apenas o terreno disponível (ARÊAS, 2014). Apesar de ser uma possível tentativa de driblar a morosidade burocrática, os atrasos para deixar os laboratórios funcionais e os não preenchimentos do Simec, acarretando em seu travamento, foram inevitáveis.

Tem-se também o problema mencionado com a ampliação dos benefícios aos estados de origem dos consultores contratados, distorção que pode estar relacionada a um relato de que foi entregue todo o equipamento de um laboratório a uma organização de ensino que, por falta de espaço, teve de armazenar os equipamentos em apenas uma sala.

Esses formam parte dos motivos que acarretaram na paralisação do programa em 2012. Já no governo Dilma Rousseff, a mudança para o Simec/PAR, a alteração de pessoas que ocupavam cargos de DAS, a contratação de novos consultores, a aplicação do Termo de Compromisso substituindo o convênio, foram algumas das ações percebidas na busca por melhorar a gestão do Brasil-Pro.

Tabela 4.8 – Quantitativo da relação de municípios e escolas beneficiadas com laboratórios da segunda chamada.

LABORATÓRIOS REGIÕES	2ª CHAMADA		
	TOTAIS		
	Municípios	Escolas	Laboratórios
SUL			
PR	57	91	173
RS	32	37	133
SC	18	20	66
SUDESTE			
ES	35	54	67
MG	3	3	14
CENTRO OESTE			
DF	3	3	20
GO	3	3	6
MS	1	1	8
MT	29	36	167
NORDESTE			
AL	5	7	29
BA	21	21	131

PB	4	5	25
PE	11	11	25
PI	24	26	104
RN	11	17	17
SE	2	2	11
NORTE			
AC	3	3	25
PA	10	10	59
RR	1	1	8
Total Geral	273	351	1088

Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS

Na Tabela 4.9, é demonstrada a situação e a quantidade de obras de infraestrutura, explicitando cada uma das categorias. Podemos considerar que as canceladas não possuem mais chances de ocorrerem, as que estão em contratação ainda devem passar pelo crivo do FNDE, as paralisadas estão com problemas normativos ou licitatórios, e as que estão em planejamento são aqueles projetos que não foram enviados para o MEC. As concluídas, em execução e licitação, o próprio nome encarrega-se de explicitar o que ocorre.

Tabela 4.9 – Situação e quantidade das obras de infraestrutura do Brasil-Pro.

	Contagem
Cancelada	74
Concluída	228
Contratação	48
Execução	237
Licitação	16
Paralisada	56
Planejamento pelo proponente	71
Total Geral	730

Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS

Extraindo-se as canceladas e concluídas, o total de obras em potencial passa para 428. Ao fazer essa relação nos estados do Acre, da Bahia e do Rio Grande do Sul, demonstrados na Tabela 4.10, percebemos que a perda por obras canceladas é considerável, devendo-se buscar uma solução para evitar este ocorrido, a fim de amenizar os prejuízos causados à sociedade.

Tabela 4.10 – Situação e quantidade das obras de infraestrutura por do Brasil-Pro por UF

UF	Contratação	Execução	Licitação	Paralisada	Planejamento do proponente	Cancelada	Concluída	Total
AC	1	2	1			10	1	15
AL	9				2			11
AP	11							11
BA	6	39	1	4		20	7	77
CE		18		4	16		25	63
DF					4			4
ES		9						9
GO	3	2	4					9
MA		13						13
MG	1	14						15
MS		11		5		1	57	74
MT		15		12	12		14	53
PA		13		9				22
PB		17		6			10	33
PE		15	2		8		5	30
PI		11		1			20	32
PR	13	18	4				6	41
RN		10		7		4	46	67
RR				1			1	2
RS	4	8			1	39	18	70
SC		11		2			11	24
SE		3	1					4
SP		5		3	28			36
TO		3	3	2			7	15
Total Geral	48	237	16	56	71	74	228	730

Fonte: Coordenação Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/CGFS

Tendo estes números em mente, foi verificado, como o recurso aplicado teve influência nos resultados da evolução das matrículas no ensino médio técnico integrado.

Mesmo não sendo possível a aquisição de dados sobre a mensuração de vagas abertas na educação profissional integrada pelo programa Brasil-Pro, pelo que foi aqui analisado, percebe-se que houve falhas no controle do repasse pelo Simec, e na mensuração dos resultados pelo Sistec e pelos consultores.

A busca de dados complementares a seguir baseia-se na evolução do número de matrículas e no número de organizações de ensino. O Inep, juntamente com a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (Semtec/MEC) e o Ministério do Trabalho, reuniram, em 2006, dados estatísticos dos três níveis de ensino profissionalizante, para realizar o Censo Escolar

do período 2003 a 2005, que será utilizado como cenário *ex ante* da implantação da política pública em foco neste trabalho.

Mas antes deve ser colocado, para fazermos uma comparação, que em 2012, pelo levantamento do Censo Inep, o total de matriculados na educação superior ultrapassou a marca de sete milhões de estudantes. Os 7.037.688 de estudantes matriculados em cursos de graduação no Brasil estão distribuídos em 31.866 cursos, oferecidos por 304 instituições públicas e 2.112 particulares (INEP, 2012).

Na Tabela 4.11 e 4.12, obtemos uma evolução de estabelecimentos de educação profissional dos três níveis. O número de organizações de ensino profissional por dependência administrativa em 2005 ultrapassa o total de organizações da educação superior em 2011, porém o total das matrículas do ensino superior computa quase dez vezes mais o da educação profissional. Essa diferença de seis anos pode parecer muito para a formação de vagas, mas não é hábil para a formação de novas organizações de ensino superior, o que parece razoável dizer que o número de organizações de educação superior em 2011 é semelhante ao de 2005. No entanto, como o número de matrículas pode variar, durante 2005 e 2011, para as duas formas de educação, pois é possível a criação de novos cursos ou novas vagas durante este período, esta relação de quase dez para um numa defasagem de seis anos pode ser usada, para o comparativo subsequente, como cenário que se manteria caso não fosse o Brasil-Pro e os investimentos em todo o setor de educação profissional.

Tabela 4.11 - Estabelecimentos por dependência administrativa (2003 a 2005) – Brasil

Ano	Total	Estabelecimentos por Dependência Administrativa							
		Federal		Estadual		Municipal		Privada	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2003	2.789	138	4,9	553	19,8	115	4,1	1.983	71,1
2004	3.047	143	4,7	602	19,8	130	4,3	2.172	71,3
2005	3.294	147	4,5	659	20,0	138	4,2	2.350	71,3

Fonte e elaboração: MEC/Inep - Censo Escolar 2003 a 2005

Tabela 4.12 - Matrículas da educação profissional por dependência administrativa (2003 a 2005) – Brasil.

Ano	Total	Matrículas por Dependência Administrativa							
		Federal		Estadual		Municipal		Privada	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2003	589.383	79.484	13,5	165.266	28,0	19.648	3,3	324.985	55,1
2004	676.093	82.293	12,2	179.456	26,5	21.642	3,2	392.702	58,1
2005 ¹	747.892	89.114	11,9	206.317	27,6	25.028	3,3	427.433	57,2

Fonte e elaboração: MEC/Inep - Censo Escolar 2003 a 2005

Nota: Inclui as três formas de articulação com o ensino médio.¹

Retornando um pouco mais no tempo, em 1999, conforme a Tabela 4.13, demonstra que, em seis anos, é possível presenciar uma redução do número de organizações de ensino, em comparação à Tabela 4.11, de 3.948, em 1999, para 3.294, em 2005. Sem contar que, no período de 2003 para 2005, aparenta ser uma recuperação do número de organizações.

Tabela 4.13 – Organizações por nível de educação profissional, segundo a dependência administrativa (1999).

Número de Organizações por Nível de Educação Profissional ⁽¹⁾				
Dependência Administrativa	Total	Básico	Técnico	Tecnológico
Federal	150	103	120	30
Estadual	800	187	689	24
Municipal	342	199	152	6
Privada ⁽²⁾	2.656	1.545	1.255	198
Sistema S	409	388	172	5
Total	3.948	2.034	2.216	258

Fonte: Inep Censo Escolar 1999

Elaboração: MEC/Inep/SEEC

Nota: Uma organização pode oferecer cursos em mais de um nível de educação profissional ⁽¹⁾; as organizações privadas incluem os dados do Sistema S ⁽²⁾.

Para uma comparação mais exata das matrículas na educação superior com as matrículas na educação profissional, a Tabela 4.14 apresenta o total em 2011. Verificamos que a relação de alunos na educação superior por alunos na educação profissional chega a sete para um, e não, como o Coordenador-Geral, Sr. Carlos Arêas colocou, de cinco para um, e nem como se percebeu, anteriormente de quase dez para um com a defasagem de seis anos. Essa informação passada pelo Coordenador-Geral foi em 2014, entretanto o assunto não foi aprofundado por ele e nem tive acesso a dados que comprovassem esta declaração, mas não deixa de ser uma declaração feita por alguém que ocupa um cargo importante dentro do Ministério da Educação.

Dessa forma, em 2011, o Brasil possuía, teoricamente, sete pessoas para racionalizar um problema para uma que pudesse operá-lo. Essa premissa é genérica, mas nos mostra que nesse sistema, existiriam muitas pessoas planejando estrategicamente, com a legitimidade da propriedade intelectual, o que não necessariamente é ruim, para poucas pessoas habilitadas em operar tal planejamento de forma a minimizar os problemas, o que geraria uma escassez no mercado de trabalho.

Esse cenário abre nossos olhos para a realidade educacional brasileira nos últimos anos, onde o aprendizado não se relacionava com a prática. Principalmente nas disciplinas exatas, que possuem uma ampla possibilidade de utilização prática. Lembro-me que em uma

das organizações de ensino médio pela qual passei, vários alunos, durante o passar dos semestres, inclusive eu, nos perguntavam qual era a utilidade na vida de certas fórmulas da disciplina de matemática ou para quê aprender isso, senão para passar no vestibular. Entretanto, certamente o aprendizado real dessas fórmulas possui grande utilidade.

Não será apenas com o conhecimento de todas as variáveis teóricas que ao se projetar algum produto, estrutura ou política pública, este necessariamente dará certo. O conhecimento das variáveis na prática enriquece o conhecimento teórico, pois ainda não conseguimos teorizar todos os ambientes, sistemas e, muito menos, atitudes humanas possíveis neste mundo. Como disse Paulo Freire, “toda a realidade está aí submetida à possibilidade de nossa intervenção nela”, sendo uma falta com a verdade dizer que exista alguma realidade que não permita a interferência em suas variáveis.

Tabela 4.14 – Matrículas da educação profissional por modalidade de oferta e dependência administrativa

Brasil – 2011						
Dependência Administrativa	Integrado	Concomitante	Subsequente	ProEJA Médio	ProEJA Fundamental	Total
Federal	86.319	25.129	75.126	14.993	694	202.261
Estadual	135.463	65.023	249.106	23.033	14.235	486.860
Municipal	9.975	4.883	17.452	84	8.676	41.070
Privada	19.921	94.127	467.837	4.324	622	586.831
Total	251.678	189.162	809.521	42.434	24.227	1.317.022

Fonte: Inep Censo Escolar 2011

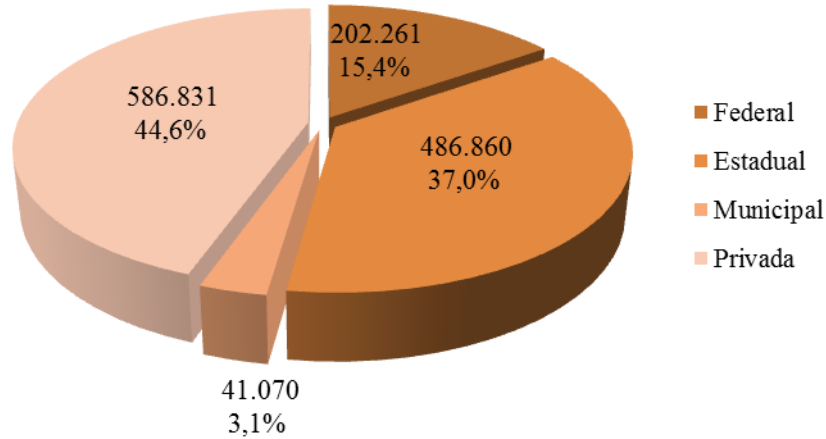
Elaboração: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEE)

Nota: Inclui ensino presencial e semipresencial; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (ProEJA).

Ainda em 2011, já podemos perceber as possíveis influências que o programa Brasil-Pro, e as perspectivas políticas dos governos de 1999 até 2011, tiveram sobre a educação profissional técnica. Com a Tabela 4.12, vemos que as matrículas nas organizações privadas ultrapassavam os 55% do total nos três anos da tabela, e também na Tabela 4.13, se fizermos a relação privada/total, no nível técnico, o ano de 1999 segue a mesma proporção. Ao comparar a Figura 4.4, essa proporção caiu para menos de 45% do total, e subiu aproximadamente dez pontos percentuais nas organizações estaduais e três pontos percentuais nas federais.

Figura 4.4 – Número de matrículas da educação profissional por modalidade de oferta e dependência administrativa

Educação Profissional
Matrículas por dependência administrativa
Brasil - 2011



Fonte: Inep Censo Escolar 2011

Elaboração: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEE

Nota: Inclui ensino presencial e semipresencial

No entanto, se analisarmos em números absolutos, em 2005, as matrículas no nível técnico estadual chegavam a 206.317 (Tabela 4.12), e no ano 2011 esse número chegou a 486.860 (Tabela 4.14), ou seja, um aumento de pouco mais de 100% em seis anos, além da diversificação da modalidade de oferta, pois, provavelmente em 2005, ainda era mais comum a concomitante e a subsequente, já em 2011 a integrada assume seu destaque, tornando-se realidade na educação profissional brasileira.

Estes resultados demonstram que a unidade de análise da política pública aqui estudada teve e terá sua importância na alteração do cenário educacional brasileiro. Foi uma alteração modesta, porém o período de 2008 a 2011, também foi curto, não deixa de mostrar que ainda precisamos de mais políticas e incentivos para que a nossa educação se torne admirável pela maioria dos cidadãos de nossa República Federativa. Portanto, seguindo o dito de um provérbio popular, “antes tarde do que nunca” para começar a se investir na educação. Serão expostas, a seguir as conclusões deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta pesquisa mostram que a política pública aqui estudada teve e terá sua importância na alteração do cenário educacional brasileiro. Por enquanto foi uma alteração pouca, porém o período de 2008 a 2012 também foi curto, não deixa de mostrar que ainda precisamos de mais políticas e incentivos para que a nossa educação se torne admirável pelos cidadãos de nossa República Federativa.

Nas últimas décadas a análise de políticas e programas governamentais assumiu grande relevância para as funções de planejamento e gestão governamentais, este movimento foi seguido pela adoção dos princípios da gestão pública empreendedora e por transformações das relações entre Estado e sociedade. Tal gestão é cada vez mais exigida, pois seu cunho pela busca da eficiência dos programas de governo faz com que a mensuração dos resultados seja uma análise completa dos envolvidos, do corpo estratégico ao operacional, até o público alvo da política. Mostra que esse tipo de análise deve ser amplo e por vezes multidisciplinar.

Além do caráter de mensuração objetiva de resultados, a análise aqui realizada possui, também, aspectos qualitativos, constituindo-se em um julgamento sobre o valor das intervenções governamentais por parte dos usuários ou beneficiários. A decisão de aplicar recursos públicos em uma ação pressupõe a atribuição de valor e legitimidade aos seus objetivos, e a comprovação disso deve ser embasada pelo cumprimento das metas estabelecidas. E com essa pesquisa foi possível perceber que a gestão do Brasil-Pro, mesmo explicitado no decreto normativo, deixou a mensuração dos objetivos de impacto ou influência do programa sobre o cenário nacional questionável.

No entanto, pelo histórico apresentado foi possível perceber que há evolução na área objetivada pelo Brasil-Pro, porém sem relação direta, sendo possível afirmar apenas que houve a mudança da perspectiva política sobre o setor e que, para isso, existem investimentos consideráveis, sendo um destes o Brasil-Pro.

O cenário no início do mandato do governo Lula é consequência, em parte, da vigência do Decreto nº 2.208/1997 entre 1997 e 2004, dificultava a expansão da rede federal. O decreto também determinou que a formação técnica fosse realizada separadamente da formação geral dos estudantes, isto é, de forma concomitante e subsequente, ou seja, o primeiro cursado paralelamente ao ensino médio, enquanto o segundo, depois.

A determinação do decreto mais polêmica foi a extinção da formação técnica integrada ao médio. O decreto de FHC acabou revogado em 2004, e substituído pelo Decreto nº 5.154,

como uma das promessas políticas do novo governo, e retomou a possibilidade da vinculação entre educação básica e educação profissional, com o ensino médio integrado ao técnico e com a educação de jovens e adultos integrada à qualificação e à formação profissional.

A análise pode subsidiar: o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. É um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo.

A busca da análise realizada nesse estudo foi pelo acompanhamento de sua implementação para a divulgação de resultados de Brasil-Pro, seguindo esses aspectos essa análise busca também fazer algumas sugestões para amenizar as problemáticas aqui apresentadas.

A primeira problemática sobre a gestão do programa, explicitou que o número de profissionais que tratam do programa Brasil-Pro é reduzido, insuficiente por se tratar de um programa nacional que abrange todos os 26 estados e Distrito Federal, faltando pessoal para fazer ações de monitoramento como diagnóstico, avaliação e controle do programa nas secretarias de educação beneficiadas. Nesse caso pode ser feito um levantamento das organizações de ensino sob responsabilidade das secretarias de educação estadual que foram contempladas com os recursos do Brasil-Pro, com esse número fazer uma avaliação da quantidade de possíveis visitas para o monitoramento, por exemplo, no mínimo uma por semestre para cada organização, e então será obtido o total de visitas esperadas por período. Dessa forma, será possível estipular um número de pessoas eficiente para as ações de monitoramento como diagnóstico, avaliação e controle.

A segunda problemática foi pela necessidade de um rearranjo dos consultores em 2013, essa é uma problemática mais delicada, que a coordenação do programa conseguiu lidar ao distribuir os consultores em estados diferentes dos de origem, o método de contratação possivelmente foi modificado, bem como a formas de divulgação dos trabalhos produzidos.

A terceira problemática de gestão apresentou-se nas dificuldades apresentadas na promoção de processo licitatório para as obras de ampliação, reforma ou construção. Essa é uma questão mais peculiar, pois o problema aqui pode estar na capacidade econômica do local onde é realizado o certame licitatório de ofertar os produtos exigidos para a composição de uma escola de ensino técnico profissional. Mas, pode ser visto como um incentivo ao desenvolvimento econômico das localidades que ainda possuem baixa diversidade produtiva.

Os atrasos na atualização da situação das organizações de ensino pelas secretarias de educação estadual no Simec/PAR é em parte ocasionado pela problemática anterior e, constitui a quarta problemática por ser um sistema renovado, muito burocrático anteriormente, pode levar algum tempo para aqueles que operam no preenchimento cadastral se familiarizem com o sistema antes visto como moroso e burocrático. Entretanto, pela exigência do preenchimento com possibilidade de travamento e, então, suspensão dos repasses, a familiarização deve ser rápida e eficiente. Esse modo de incentivo é uma opção pensada para a obtenção de resultados.

A existência de mais de um sistema a ser preenchido, porém com o incentivo apresentado anteriormente apenas para um, abre a percepção da quinta problemática. Essa problemática de gestão limitou sobremaneira a obtenção de resposta da pergunta norteadora desta pesquisa, tendo em vista que mesmo depois da renovação do sistema Simec os estados não enviavam o quantitativo de vagas e outros dados de indicadores sobre a evolução da oferta de vagas na educação profissional e tecnológica das regiões beneficiadas pelo Brasil-Pro, pois estes dados são exigidos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), cujo não possui a exigência do Simec/PAR. Isso se justifica pelo tempo que leva para o investimento gerar algum resultado, que provavelmente será percebido só agora em 2014, desde a normatização e início do programa em 2008.

Sendo, como mencionado no Figura 4.2, a primeira e apenas uma obra foi concluída em 2010, e nos anos seguintes houve uma evolução significativa. Já poderiam ser vislumbrados alguns resultados, sendo que não são apenas as obras de novas escolas os benefícios que compõe o programa, existem outras modalidades de aprimoramento da infraestrutura, e se a considerada mais demorada, que é a construção de uma nova escola, foi concluída dois anos depois do início do Brasil-Pro. É possível perceber alguns resultados, pelo menos por influência, nos objetivos buscados pela política pública aqui estudada.

Para facilitar a visualização das execuções e dos resultados, os dois sistemas poderiam ser unificados, podendo manter a suspensão caso não houvesse a comprovação das execuções, porém estipular-se-ia um prazo de no mínimo dois anos para a verificação dos resultados sobre todos os objetivos do programa, o que torna possível o levantamento do histórico das ações ligadas à política pública com as interferências efetivas influenciadas por ela.

Com tudo isso, foi possível perceber as mudanças ocasionadas pela política federal aqui estudada e suas dificuldades, as sugestões que podem levantar algumas discussões construtivas para melhorar o sistema de gestão utilizado para mensurar os resultados, que

acredito serem positivos em relação aos objetivos declarados, porém certamente poderiam ser mais bem mensurados e avaliados.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. **Em direção às melhores práticas de avaliação.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

BRASIL a, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Apresentação do programa Brasil Profissionalizado.* Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=663&id=12325&option=com_content&view=article. Acesso em: 13 de nov. de 2013.

BRASIL b, TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Saiba o que é e como funciona o Plano de Desenvolvimento da Educação.* Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/27690/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>. Acesso em: 13 de nov. de 2013.

BRASIL c, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Programa PAR Apresentação.* Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/par/par-apresentacao>. Acesso em: 13 de nov. de 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado.

REVISTA ÉPOCA 2011. YURI, F.; VERGOTTI, M.; TANIGAWA R. *O mapa da educação profissional no Brasil.* Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Vida-util/noticia/2011/10/o-mapa-da-educacao-profissional-no-brasil.html>. Acesso em: 16 de abr. de 2014.

BUCCI, M. P. D. **Direito Administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

SETEC/MEC. **Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2011.** Janeiro de 2012.

CASSIOLATO, M.; GUERSI, S. **Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação.** In: Nota Técnica nº 6, Ipea. Brasília, setembro de 2010.

CASTRO, R. B. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública.** In: 30º Encontro da ANPAD. 23 a 27 de setembro de 2006. Salvador/BA-Brasil.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-92, set./out. 2003.

CORREIA, M. C. B. **A observação participante enquanto técnica de investigação.** Pensar Enfermagem, v. 13, nº 2, 2009.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. versão 3.0. CD-ROM.

- GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.
- LIMA, T. C. S. et al. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo**. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre, v. 6, n.º. 1, p. 93-104. jan./jun. 2007.
- MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.
- MEGGINSON, L. C. et al. **Administração: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998, p.11-12.
- MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993.
- MOKATE, K. M. **Convirtiendo el “monstruo” en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 53, n. 1, p. 89-131, jan./mar. 2002.
- NETO, O. C. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, M. C. S.(org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.
- SOARES, A. N. et al. **O diário de campo utilizado como estratégia de ensino e instrumento de análise do trabalho da enfermagem**. Revista Eletrônica de Enfermagem [Internet]. 2011 out/dez;13(4):665-70. <http://www.fen.ufg.br/revista/v13/n4/v13n4a10.htm>.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4. ed. rev. atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, Vozes, 2004.
- SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Introdução à teoria da política pública**. Políticas Públicas: Coletânea. Brasília: ENAP, 2006, p.21-42.

ANEXOS

ANEXO 1 – DECRETO Nº 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004.

Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A educação profissional, prevista no [art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - educação profissional técnica de nível médio; e
- III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

- I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
- II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

§ 1º Para fins do disposto no **caput** considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

§ 2º Os cursos mencionados no **caput** articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho.

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no [§ 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996](#), será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;

- II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e
- III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do § 1º, a instituição de ensino deverá, observados o [inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 1996](#), e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Art. 5º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento.

§ 1º Para fins do disposto no **caput** considera-se etapa com terminalidade a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.

§ 2º As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão.

Art. 7º Os cursos de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento.

Parágrafo único. Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir seus estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga-se o [Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997](#).

Brasília, 23 de julho de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.7.2004

ANEXO 2 – DECRETO Nº 6.302, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.302, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

Institui o Programa Brasil Profissionalizado.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 35 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais.

Parágrafo único. São objetivos do Programa Brasil Profissionalizado:

- I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;
- II - desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;
- IV - fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância;
- V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;
- VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos;
- VII - fomentar a articulação entre a educação formal e a educação no ambiente de trabalho nas atividades de estágio e aprendizagem, na forma da legislação; e
- VIII - fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio.

Art. 2º O Programa Brasil Profissionalizado prestará assistência financeira a ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio integrado à educação profissional mediante seleção e aprovação de propostas, formalizadas pela celebração de convênio ou execução direta, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único. A assistência financeira de que trata este Decreto deverá ser incluída nos orçamentos dos convenientes e não poderá ser considerada para os fins do [art. 212, caput, da Constituição](#).

Art. 3º Poderão apresentar propostas os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aderido formalmente ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, de que trata o [Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007](#).

§ 1º As propostas deverão ser acompanhadas de diagnóstico do ensino médio e conter:

- I - descrição detalhada dos projetos pedagógicos;
- II - orçamento detalhado por item de dispêndio; e
- III - cronograma de atividades.

§ 2º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE disciplinará os procedimentos para apresentação de propostas, inclusive no que diz respeito aos itens passíveis de apoio financeiro.

Art. 4º A seleção das propostas a serem contempladas será realizada por comitê técnico, a ser criado especificamente para os fins do Programa Brasil Profissionalizado, e basear-se-á em metas, critérios de priorização e pré-requisitos fixados pelo FNDE.

Art. 5º As despesas do Programa Brasil Profissionalizado correrão à conta de dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a assistência financeira concedida com as dotações orçamentárias existentes.

Parágrafo único. A celebração de convênio para formalização da assistência financeira às propostas aprovadas está condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira do FNDE.

Art. 6º O FNDE acompanhará a execução físico-financeira dos convênios.

Art. 7º O Ministério da Educação coordenará a implantação, o acompanhamento, o monitoramento, a supervisão e a avaliação do Programa Brasil Profissionalizado.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.12.2007

ANEXO 3 – REQUERIMENTO À UNESCO PARA PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PESSOA FÍSICA

REQUERIMENTO PARA PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PESSOA FÍSICA

Parte A

Versão IV

INSTRUÇÃO PARA PUBLICAÇÃO	
<p>Preenchimento do Formulário</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Parte B2 – A vaga cuja lotação seja no Escritório UNESCO ou Antena deve ser conduzida pelo Setor de Recursos Humanos. 2. Parte B3 – O edital cujo projeto seja financiado pela iniciativa privada, Programas Regulares e/ou Fitoca, não tem a obrigatoriedade de publicação em jornal. 3. Parte B3 – Para efeito de economicidade das publicações, existe a possibilidade de utilizar Chamada no jornal para publicação em jornal. Este deverá informar o site em que o Edital esteja publicado. 4. Parte B4 – Deve ser informado o jornal que deseja que o edital seja publicado. O orçamento será apresentado de acordo com as indicações em jornal. 5. Parte C1 – No endereço eletrônico da UNESCO/Brasília existe a opção de informar outro site onde o edital completo seja publicado. 6. Parte C2 – Os nove itens do edital completo devem ser preenchidos de forma objetiva e clara. 7. Parte C2 – Ao final do primeiro perfil existe a possibilidade de incluir novos perfis. Deve-se, portanto, repetir os mesmos itens constantes no primeiro. 	<p>Processo de Aprovação e Publicação</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preenchido o formulário, este deve ser enviado eletronicamente ao Oficial de Projetos para avaliação do conteúdo. 2. Sendo aprovado o conteúdo do edital, o(a) Oficial de Projetos encaminha para o Setor de Licitação e Contratos, pelo e-mail gcontratos@unesco.org.br, para apreciação final do documento e recolhimento do orçamento. 3. O orçamento é submetido pelo Setor de Contratos ao Oficial de Projetos e ao Projeto para aprovação da despesa. 4. Aprovado o orçamento, o edital é publicado no jornal e respectivamente no site da UNESCO/Brasília. 5. Demais dúvidas sobre o preenchimento do formulário e o processo de aprovação e publicação, procurar pelo e-mail gcontratos@unesco.org.br ou telefone 61-2106-3586.

Parte B

B1 – Contato	
Código do Projeto: 914 BRZ1137.8	Nome do Oficial de Projetos: Cristina Teodoro
Responsável pelo edital no Projeto: Carlos Artur de Carvalho Arêas	
Telefone de contato: (61)2022-8618	E-mail: carlos.areas@mec.gov.br
B2 – Onde estará lotado o(a) consultor(a) contratado(a)?	
<input type="checkbox"/> a) No Projeto <input checked="" type="checkbox"/> d) Em sua residência <input type="checkbox"/> b) No Escritório da UNESCO <input checked="" type="checkbox"/> e) Outros <input type="checkbox"/> c) No Escritório Antena	
B3 – Como deseja publicar o edital?	
<input checked="" type="checkbox"/> 1. Edital Resumido em jornal e Edital Completo no site da UNESCO* <input type="checkbox"/> 2. Edital Completo em jornal e no site da UNESCO* <input type="checkbox"/> 3. Edital Completo somente no site da UNESCO*	
<i>* Todo Edital será publicado no site da UNESCO. O parceiro tem como opção utilizar outros sites para divulgação.</i>	
B4 – Defina o(s) jornal(is) que deseja publicar o edital. O orçamento será apresentado mediante consulta da empresa de Publicidade Legal.	
<input type="checkbox"/> Diário Oficial da União <input type="checkbox"/> ACRE - A Gazeta <input type="checkbox"/> ALAGOAS - Gazeta de Alagoas <input type="checkbox"/> AMAPÁ - Jornal do Dia <input type="checkbox"/> BAHIA - A Tarde <input checked="" type="checkbox"/> CEARÁ - Diário do Nordeste <input checked="" type="checkbox"/> DISTRITO FEDERAL - Correio Braziliense <input type="checkbox"/> DISTRITO FEDERAL - Jornal de Brasília <input type="checkbox"/> ESPIRITO SANTO - A Gazeta <input checked="" type="checkbox"/> GOIÁS - O Popular <input type="checkbox"/> MARANHÃO - O Estado do Maranhão <input type="checkbox"/> MATO GROSSO - A Gazeta <input type="checkbox"/> MATO GROSSO DO SUL - Correio do Estado <input checked="" type="checkbox"/> MINAS GERAIS - Estado de Minas <input type="checkbox"/> PARÁ - O Liberal	<input type="checkbox"/> PARAÍBA - Correio da Paraíba <input type="checkbox"/> PARANÁ - Gazeta do Povo <input checked="" type="checkbox"/> PERNAMBUCO - Jornal do Comércio <input type="checkbox"/> PIAUI - Meio Norte <input checked="" type="checkbox"/> RIO DE JANEIRO - O Globo <input checked="" type="checkbox"/> RIO DE JANEIRO - Jornal do Brasil <input type="checkbox"/> RIO GRANDE DO SUL - Zero Hora <input type="checkbox"/> RIO GRANDE DO NORTE - Tribuna do Norte <input type="checkbox"/> RONDÔNIA - O Estadão <input type="checkbox"/> RORAIMA - Roraima Hoje <input checked="" type="checkbox"/> SANTA CATARINA - Diário Catarinense <input checked="" type="checkbox"/> SÃO PAULO - Estado de São Paulo <input type="checkbox"/> SERGIPE - Jornal da Cidade <input type="checkbox"/> TOCANTINS - Jornal de Tocantis <input type="checkbox"/> Outros:
B5 – Data da veiculação do edital em jornal: 06/10/2013	
B6 – Data da veiculação do edital no site: 06/10/2013 até 26/10/2013	

Parte C**C1 – Edital Resumido**

**Contrata
Consultor na
modalidade Produto**

PROJETO 914 BRZ1137.8 EDITAL Nº 004/2013 - PUBLICAÇÃO

Publicação de 1 perfil(is) para contratação de profissional(is) na(s) área(s) PEDAGÓGICA, cuja(s) vaga(s) está(ão) disponível (is) na página da UNESCO, www.brasilia.unesco.org/vagasprojetos

Os interessados deverão enviar o CV do dia 07/10/2013 até o dia 26/10/2013 no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, 4º andar, sala 407, Protocolo Setorial – SETEC, Ministério da Educação, via SEDEX, observando os prazos de inscrição divulgados nos sítios oficiais do MEC e da UNESCO. Os interessados deverão entregar o currículo acompanhado da ficha de inscrição, constante do ANEXO I do Termo de Referência - TOR, dos diplomas de titulação e da comprovação de experiência profissional, acondicionados em envelope lacrado. O envelope poderá ser entregue pessoalmente durante o período de inscrições, no horário de 08 às 12 ou das 14 às 19 horas, no Protocolo Setorial da SETEC, no endereço citado, nos dias úteis. No encaminhamento via correio será observada a data da postagem para efeito de efetivação da inscrição.

Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.

C2 – Edital Completo

**Contrata
Consultor na
modalidade Produto**

PROJETO 914 BRZ1137.8 EDITAL Nº 004/2013- PUBLICAÇÃO

1. Perfil: **CONSULTOR BRASILPRO**

2. Nº de vagas: 5

3. Qualificação educacional: **Especialização na área de Humanas ou Ciências Sociais, com graduação em qualquer área, com diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.**

4. Experiência profissional: **Experiência mínima comprovada de 02 anos na gestão de projetos/programas de ações governamentais a nível federal ou estadual, ou na assistência técnica de projetos de ação dessa natureza. Experiência desejável: Experiências em avaliação de programas/projetos educacionais, Experiência como coordenador de curso ou pedagógico de cursos técnicos**

5. Atividades: **1.1: Definir procedimentos e metodologia de avaliação da execução dos convênios e termos de compromisso, entre os anos 2008-2013 do Programa Brasil Profissionalizado.**

1.2: Elaborar documento com o diagnóstico do processo de execução dos convênios e termos de compromisso, firmados entre os anos 2008-2013, apontando as dificuldades encontradas, as ações necessárias para a melhoria da execução, e sugestões de aprimoramento do processo de execução para 2014-2016. 2.1: Elaborar documento com a identificação das dificuldades encontradas na execução das ações de infraestrutura e recursos pedagógicos do Programa Brasil Profissionalizado nos Estados.

2.2: Fazer a análise das fragilidades e peculiaridades de cada unidade federativa, como fator determinante no atraso/execução da execução das ações de infraestrutura e recursos pedagógicos do Programa Brasil Profissionalizado.

2.3: Fazer o levantamento dos convênios e termos de compromisso com prazo para finalização e o diagnóstico sobre a execução das obras referentes a esses documentos.

2.4: Elaborar documento com a compilação dos dados obtidos, apontando os maiores fatores de

dificuldade na execução dos convênios e as sugestões de melhoria do processo. 3.1: Levantamento dos cursos e do número de vagas ofertadas no Programa Brasil Profissionalizado, apontando as dificuldades encontradas no preenchimento das vagas por curso ofertadas.

3.2: Analisar o processo de seleção dos estudantes, apontando as fragilidades administrativas encontradas no preenchimento das vagas por curso ofertadas.

3.3: Elaborar documento contendo a análise da frequência e estudo específico dos fatores de evasão escolar.

3.4: Desenvolver os instrumentos de avaliação dos cursos e vagas ofertados e a metodologia de aplicação dos mesmos, para levantamento do impacto dos cursos na região beneficiada. 4.1:

Levantamento do número de escolas com cadastro atualizado no SISTEC e a oferta de vagas, para cada uma das instituições, utilizando como ferramentas os dados fornecidos pelas instituições e pelo SISTEC. 4.2: Levantamento do número de matrículas efetuadas de acordo com o SISTEC, corroborando os dados coletados com os fornecidos pelas instituições, apontando as discrepâncias encontradas e as sugestões de aprimoramento. 4.3: Análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados, e proposição de ações que favoreçam a atualização dos dados no SISTEC. 5.1: Elaborar documento com o levantamento de todas as solicitações de cursos por região de abrangência, até abril de 2014, com análise do público-alvo e das modalidades apresentadas.

5.2: Estudo sobre a oferta de vagas por modalidade de curso solicitada, abrangendo a viabilidade da execução por região de oferta e público-alvo.

5.3: Análise quantitativa e qualitativa de novas solicitações de cursos, com estudo sobre a viabilidade de acordo com a modalidade, público-alvo e região de abrangência.

6. Produtos/Resultados esperados: **Produto 1: Documento técnico contendo o estudo analítico-descriptivo com o diagnóstico e avaliação geral da execução dos convênios e termos de compromisso do Programa Brasil Profissionalizado e respectivo resumo executivo, abrangendo o período entre os anos de 2008-2013 e sugestões de aprimoramento para os anos de 2014-2016. Produto 2:**

Documento técnico contendo o diagnóstico da situação real de execução das obras dos convênios do Programa Brasil Profissionalizado, com levantamento das fragilidades encontradas na execução das obras e os aspectos relevantes de cada região como fator determinante no processo, abrangendo os prazos para finalização. Produto 3: Documento técnico contendo o diagnóstico da oferta de cursos e do número de vagas no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado, com apontamento das dificuldades para preenchimento das vagas e análise de todo o processo, com ênfase na seleção dos estudantes, frequência e estudo de evasão e a avaliação dos cursos ofertados. Produto 4:

Documento técnico contendo o estudo analítico da oferta de vagas por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, estabelecendo um comparativo entre o número de escolas cadastradas e das matrículas efetuadas. Produto 5: Documento técnico contendo a análise das solicitações de cursos para o segundo semestre de 2014 e o diagnóstico acerca da viabilidade das propostas de ofertas de vagas e cursos, distinguindo-se as modalidades, público-alvo e região da oferta, até abril de 2014

7. Local de Trabalho: **OUTROS**

8. Duração do contrato: **NOVEMBRO/2013 A SETEMBRO DE 2014**

Os interessados deverão enviar o CV do dia 07/10/2013 até o dia 26/10/2013 no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, 4º andar, sala 407, Protocolo Setorial – SETEC, Ministério da Educação, via SEDEX, observando os prazos de inscrição divulgados nos sites oficiais do MEC e da UNESCO. Os interessados deverão entregar o currículo acompanhado da ficha de inscrição, constante do ANEXO I do Termo de Referência - TOR, dos diplomas de titulação e da comprovação de experiência profissional, acondicionados em envelope lacrado. O envelope poderá ser entregue pessoalmente durante o período de inscrições, no horário de 08 às 12 ou das 14 às 19 horas, no Protocolo Setorial da SETEC, no endereço citado, nos dias úteis. No encaminhamento via correio será observada a data da postagem para efeito de efetivação da inscrição, indicando o número do edital e o nome do perfil em que se candidata. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste edital.

Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.